

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANDRESSA LETÍCIA PEREIRA

**A URBANIZAÇÃO EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO RIO DE JANEIRO – RJ,
ATRAVÉS DOS PROGRAMAS SOCAIS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA**

CASCADEL
2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
ANDRESSA LETÍCIA PEREIRA

**A URBANIZAÇÃO EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO RIO DE JANEIRO – RJ,
ATRAVÉS DOS PROGRAMAS SOCAIS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da FAG, apresentado na modalidade Teórico-conceitual, como requisito parcial para a aprovação na disciplina: Trabalho de Curso: Desesa.

Professor Orientador: Ma. Arq. Andressa Carolina Ruschel

CASCADEL
2020

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO ASSIS GURGACZ
ANDRESSA LETÍCIA PEREIRA

**A URBANIZAÇÃO EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO RIO DE JANEIRO – RJ:
 ATRAVÉS DOS PROGRAMAS SOCIAIS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA**

DECLARAÇÃO

Declaro que realizei em Maio de 2020 a revisão linguístico textual, ortográfica e gramatical da monografia de Trabalho de Curso denominado: A URBANIZAÇÃO EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO RIO DE JANEIRO – RJ: ATRAVÉS DOS PROGRAMAS SOCIAIS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA, de autoria de Andressa Letícia Pereira, discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo – FAG e orientado por Andressa Carolina Ruschel.

Tal declaração contará das encadernações e arquivo magnético da versão final do TC acima identificado.

Capitão Leônidas Marques, 01 de Maio de 2020

Cartório Hartmann

Angélica Maria Cândido da Silva
Angélica Maria Cândido da Silva

Licenciada em Letras Português/ Inglês e Respectivas licenciaturas pela FACTAP
 (Faculdade de Ciências Aplicadas de Cascavel) em 2012, portadora do RG 10.083.373-5 – SESP/PR

NOTARIAL E PROTESTO DE TÍTULOS HARTMANN
Cartório de Notas e Protesto de Títulos - Fone: (41) 3333-1111 - Rua: 10 de Novembro, 100 - Jd. Santa Helena - Curitiba - PR - CEP: 81210-000

Sede nº 24793 Veneza, Ivo de Souza, Curitiba - PR - RG: 212540
 Consulte esse site em <http://notariopar.com.br>
 Reconheço por Semelhança a assinatura de ANGÉLICA MARIA
 CÂNDIDO DA SILVA "0017" PTT309028-581760-67" em 01 de
 Maio de 2020 em Curitiba - PR



Carla Samara Silva - Escrevente Juramentada



**A URBANIZAÇÃO EM ÁREAS PERIFÉRICAS DO RIO DE JANEIRO – RJ,
ATRAVÉS DOS PROGRAMAS SOCIAIS FAVELA-BAIRRO E MORAR CARIOCA**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Professor: Ma. Arq. Andressa Carolina Ruschel.

BANCA EXAMINADORA

Ma. Arq. Andressa Carolina Ruschel
Centro Universitário Assis Gurgacz
Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio

Ana Luisa de Andrade
Centro Universitário Assis Gurgacz
Arquiteta e Urbanista

RESUMO

A presente pesquisa aborda como assunto a Arquitetura Social e como tema trata sobre a importância da urbanização de áreas periféricas através de programas sociais introduzidos nas favelas do Rio de Janeiro. O problema que originou a pesquisa foi: Como a falta de urbanização em áreas periféricas afeta a infraestrutura básica, elevando os índices de segregação? Pressupondo – se que as favelas do Rio de Janeiro receberam por muitos anos uma exclusão por parte dos governantes, comprometendo assim a infraestrutura adequada e necessária para essas áreas periféricas. O objetivo geral é analisar os programas sociais Favela – Bairro e Morar Carioca do Rio de Janeiro e compreender se houve êxito em suas implementações. Desta maneira, esta pesquisa possui como objetivos específicos, conceituar as definições necessárias, apresentar as abordagens, identificar o objetivo dos projetos Favela-Bairro e Morar Carioca, elencar as áreas atingidas com esses planos, identificar as intervenções destinadas à essas áreas e apresentar se os mesmos obtiveram sucesso. Com esse estudo provou-se a importância da urbanização em prol das favelas, é ela que dá suporte, dignidade e a qualidade de vida necessária aos moradores.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Arquitetura Social. Favela-Bairro. Morar Carioca.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Av. Central, 1905	18
Figura 02 - Atual Av. Rio Branco.....	18
Figura 03 - Perspectiva do centro monumental do Plano Agache.....	18
Figura 04 - Plano Doxiadis	19
Figura 05 - Localização do município do Rio de Janeiro	21
Figura 06 - Corcovado e o Cristo Redentor	22
Figura 07 - Praia de Copacabana.....	22
Figura 08 - Era o principal porto colonial para escoamento do ouro de Minas Gerais.....	22
Figura 09 - Casas no Morro da Providência em 1905.....	23
Figura 10 - Favela da Rocinha	23
Figura 11 - Intervenção do Programa Favela-Bairro.....	25
Figura 12 - Rio das Pedras – Jacarepaguá, antes e depois	26
Figura 13 - Intervenção no bairro Salgueiro	26
Figura 14 - Conjunto habitacional.....	27
Figura 15 - Praça Do Conhecimento	29
Figura 16 - Colômbia na América do Sul.	31
Figura 17 - Medellín na Colômbia	31
Figura 18 - Antes e depois: escadas rolantes construídas.....	32
Figura 19 - Via Urbanizada AntesxDepois.....	33
Figura 20 - Escadas rolantes na Comuna 13.....	33
Figura 21 - Parque Biblioteca España	34
Figura 22 - Localização das Unidades de Polícia Pacificadora	35
Figura 23 - Localização das UPPs Sociais	36
Figura 24 – Motocicletas adaptadas.	37
Figura 25 – Praça do conhecimento	37
Figura 26 – Mapa de Recife e localização dos Compaz.....	38
Figura 27 – Compaz Eduardo Campos.....	39
Figura 28 – Compaz Ariano Suassuna	39
Figura 29 – Aulas de artes marciais	39
Figura 30 – Localização da cidade Rio de Janeiro – RJ.....	42
Figura 31 – Localização das favelas do Rio de Janeiro – RJ.....	43
Figura 32 – Taxa de homicídios no município do Rio de Janeiro (1997 – 2017).....	49

Figura 33 – Taxa estimada de homicídios da cidade do Rio de Janeiro (2007 - 2017).....	49
Figura 34 – Mapa do Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro.....	51
Figura 35 – Localização da Favela Parque Royal	54
Figura 36 – Planta urbanização do escritório Archi 5 - Arquitetos Associados.....	55
Figura 37 – Localização Parque Proletário do Grotão.....	56
Figura 38 – Praça e Quadra no Parque Grotão.....	57
Figura 39 – Localização da Favela Jardim Moricaba.....	58
Figura 40 – Intervenção em valão do Jardim Moricaba.....	58
Figura 41 – Localização da favela Vidigal.....	59
Figura 42 – Localização da Favela Acari.....	60
Figura 43 – Mapa do Morar Carioca na cidade do Rio de Janeiro.....	61
Figura 44 – Delimitação da favela Nova Brasília no Complexo do Alemão.....	63
Figura 45 – Antes e depois de áreas urbanizadas, na imagem a praça do conhecimento....	64
Figura 46 – Delimitação da favela Parque Oswaldo Cruz no Complexo de Manguinhos...	65
Figura 47 – Imagens da favela Parque Oswaldo Cruz.....	65
Figura 48 – Delimitação da favela Morro da Providência na Gamboa.....	66
Figura 49 – Intervenções no Morro da Providência.....	67
Figura 50 – Delimitação da favela Morro do Borel na Tijuca.....	68
Figura 51 – Intervenções no Morro do Borel.....	68
Figura 52 – Delimitação da favela Morro do Barão.....	69
Figura 53 – Intervenções na comunidade Morro do Barão.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano.....	47
Gráfico 2 – Estabelecimentos de Saúde (Unidades).....	47
Gráfico 3 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Anos iniciais).....	48
Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Anos finais).....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Dados antes *versus* depois do Programa Favela-Bairro.....53

Tabela 02 - Dados antes *versus* depois do Programa Morar Carioca.....62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIS	Área de Especial Interesse Social
COMPAZ	Centro Comunitário da Paz
CHISAM de Janeiro	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU – Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
UPP	Unidades de Polícia Pacificadora
ZEIS	Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
FUNDAMENTOS ARQUITETONICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
1.1 URBANIZAÇÃO NO BRASIL.....	15
1.1.1 Planejamento Urbano no Brasil.....	16
1.2 FAVELIZAÇÃO	20
1.3 RIO DE JANEIRO.	21
1.3.1 Urbanizações nas Favelas do Rio de Janeiro.	23
1.3.2 Programa Favela-Bairro.....	24
1.3.3 Programa Morar-Carioca	27
1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.	29
2 ABORDAGENS.....	30
2.1 MEDELLÍN – COLÔMBIA.	30
2.1.1 A História de Medellín – Colômbia.....	30
2.1.2 Modelo Medellín – Colômbia.	32
2.2 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA SOCIAL – RIO DE JANEIRO	34
2.2.1 Atividades Aplicadas	37
2.3 COMPAZ – RECIFE.....	38
2.3.1 Atividades Aplicadas	39
2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.	40
3 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO.....	41
3.1 ESTUDO DE CASO: FAVELA BAIRRO E MORAR CARIOCA.....	41
3.1.1 Favela Bairro.....	44
3.1.2 Morar Carioca.....	45
3.2 ESTATÍSTICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – RJ.....	46
3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	49
4 ANÁLISE DA APLICAÇÃO.....	50
4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	51
4.2 COMUNIDADES BENEFICIADAS COM O FAVELA-BAIRRO ANTES <i>versus</i> DEPOIS.....	52

4.2.1 Parque Royal.....	54
4.2.2 Parque Proletário do Grotão.....	56
4.2.3 Jardim Moricaba.....	57
4.2.4 Vidigal.....	59
4.2.5 Acari.....	60
4.3 COMUNIDADES BENEFICIADAS COM O MORAR CARIOCA ANTES <i>versus</i> DEPOIS.....	61
4.3.1 Nova Brasília (Complexo do Alemão).....	63
4.3.2 Complexo de Manguinhos - Parque Oswaldo Cruz.....	64
4.3.3 Morro da Providência.....	66
4.3.4 Morro do Borel.....	67
4.3.5 Morro do Barão.....	69
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	70
5 CONSIDERAÇÕES.....	71
5.1 RESGATE DOS ELEMENTOS DA PESQUISA.....	71
5.2 RESPOSTAS AO PROBLEMA DE PESQUISA.....	72
5.3 LIMITES DA PESQUISA.....	73
5.4 PROPOSIÇÕES PARA TRABALHOS FUTURO.....	73
REFERÊNCIAS.....	74

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como assunto principal a Arquitetura Social, com o tema: a importância da urbanização de áreas periféricas através de programas sociais introduzidos nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa contará com um estudo do caso sobre os programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca implantados no município.

Próximo aos anos 2000, a migração no Brasil deixou de ser aplicada apenas no movimento rural-urbano, sendo intensa e preocupante nos anos 50 e 60. As migrações podem ser reconhecidas como inter-regional, intra-regional, internacional, mobilidade pendular e sazonal. Esse fenômeno ganha importância qualitativa e quantitativa, pois suas mudanças geram modificações nos âmbitos econômicos, sociais e políticos (CUNHA, 2005).

Em 1980, as políticas de urbanização de favelas passaram a ser institucionalizadas no âmbito municipal, como parte da política municipal de habitação. Nessa época a urbanização torna-se uma resposta municipal para o conjunto de favelas existentes na cidade. Entretanto, apenas na década seguinte foi possível ser visto o aprimoramento e difusão dos programas de urbanização (DENALDI, 2003).

No final dos anos de 1990, os governos passam a desenvolver programas de urbanização de favelas, os quais ocorreram recomendações para que se ultrapasse a fase de projetos-pilotos e se desenvolvessem políticas abrangentes de urbanização, capacitando os municípios para estabelecer e implementar uma política habitacional e de urbanização de favelas. A maioria dos municípios enfrentou dificuldades em ampliar as intervenções e atingir uma recuperação urbanística e ambiental (DENALDI, 2003).

As favelas se tornam espaços permanentes de moradias, tendo como principal intervenção as urbanizações. Diante do tamanho dos problemas a serem enfrentados nas comunidades e da ausência do Governo Federal, não restou outra opção aos governos municipais, a não ser intervir com programas de urbanização (DENALDI, 2003).

A urbanização de favelas é dada por redemocratizar o direito à cidade aos moradores dessas áreas, unir a estrutura urbana aos laços sociais, vinculando a história dos lugares com a construção e o esforço de cada cidadão. O Rio de Janeiro é uma das cidades mais densas do mundo, suas favelas são o símbolo do caos urbano na cidade, além de serem áreas imensamente lotadas. Ao longo de anos, a cidade se negou a enxergar suas favelas, fazendo assim a mesma contrastar seu tratamento urbanístico com o desmazelo oferecido a essas áreas periféricas (SOUZA, 2012).

Os dois objetos de estudo escolhidos foram idealizados pela Prefeitura do Rio de

Janeiro. O primeiro programa, Favela-Bairro, criado em 1995 com o intuito de melhorar a infraestrutura, os serviços sociais, as regulamentações imobiliárias e a implementação de creches nas favelas urbanizadas (NASSIF, 2013). Já o segundo, o Morar Carioca foi instituído em 2010, e busca incorporar conceitos de sustentabilidade ambiental, moradias saudáveis, além das condições de acessibilidades para todos (LEITÃO; DELECAVE, 2013).

A pergunta que norteia essa pesquisa é: Como a falta de urbanização em áreas periféricas afetam a infraestrutura básica, elevando os índices de segregação da população? Como hipótese inicial, presume-se que as favelas do Rio de Janeiro, receberam por muitos anos uma exclusão por parte dos governantes, comprometendo assim a infraestrutura adequada e necessária para essas áreas periféricas.

O objetivo principal é analisar os programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca do Rio de Janeiro e compreender se houve êxito em suas implementações. Para atingir esse objetivo, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) Conceituar as definições necessárias em relação as favelas e os programas estudados; b) Apresentar Abordagens que se fizeram necessário para compreender a pesquisa; c) Identificar o objetivo dos programas Favela-Bairro e Morar Carioca; d) Elencar as áreas atingidas com os programas; e) Identificar as intervenções realizadas nas comunidades selecionadas para o estudo de caso; f) Apresentar se os programas obtiveram sucesso; g) Confirmar ou refutar a hipótese inicial.

O marco teórico da pesquisa é:

“As condições de pobreza e desigualdade social na América Latina fazem com que 44% de sua população viva em favelas ou subúrbios com estrutura precária e condições mínimas de sobrevivência (...) dos domicílios em bairros precários, 76% têm problemas de qualidade da construção e dos serviços básicos, como saneamento e iluminação” (JORGE, 2005, p. 09).

A pesquisa fez uso de uma revisão bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (1992) são levantamentos de toda a bibliografia publicada, seja em livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, auxiliando em suas análises e suas informações. Para o desenvolvimento da mesma, o levantamento de dados e das definições indicadas são necessárias, compreendendo assim, o que são as urbanizações em favelas e qual a sua importância. Além de metodologias de análise qualitativas e quantitativas, podendo utilizar-se quadros, tabelas e gráficos informativos, para melhor compreensão (MARCONI; LAKATOS, 2006). Para finalizar, a comparação e análise para assim validar ou refutar a hipótese inicial.

O presente trabalho será composto por quatro capítulos, sendo que o primeiro abordará os fundamentos arquitetônicos e a revisão bibliográfica, apontando, com isso, a formação das cidades e das favelas, os conceitos do planejamento urbano e da urbanização no Brasil,

definições da favelização e ainda as concepções sobre os programas Morar-Carioca e o Favelas-Bairro.

O segundo capítulo apresenta as abordagens que os correlatos escolhidos tomaram, bem como a construção e integração social de espaços públicos inovadores e os serviços culturais. Outra abordagem é a pacificação das áreas, valorização de espaços públicos de convivência e lazer, aprimoramento dos serviços de saúde e educação, oportunidades culturais e esportivas. Busca a melhor compreensão do leitor em relação aos aspectos fundamentais como, a desigualdade social, a educação, a saúde e o lazer dessas áreas.

No terceiro capítulo é exposto os objetivos idealizados com os Programas Favela-Bairro e Morar Carioca e as estatísticas em relação a cidade do Rio de Janeiro. Apresenta a importância das Favelas serem urbanizadas e a qualidade proposta aos moradores. Já o quarto capítulo, moneia as favelas escolhidas para a análise e reúne todas as informações a cerca das intervenções realizadas nas comunidades.

1. FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo faz parte dos quatro pilares da arquitetura, sendo eles, Projeto Arquitetônico, Planejamento Urbano, História e Teorias e Tecnologia da Construção. Tem como objetivo contextualizar e fundamentar a base teórica que norteará a presente pesquisa, sendo necessário a retomada de alguns pontos históricos e conceitos, assim como a história da urbanização no Brasil. Essas referências auxiliaram no desenvolvimento do estudo de caso apresentado ao final da pesquisa.

1.1 URBANIZAÇÃO DO BRASIL

Urbanização é conceituada através da população, ela ocorre quando a população urbana ultrapassa a população rural. As cidades crescem naturalmente ou ainda, pela chegada de imigrantes. O aumento natural dessa população urbana é conhecido por crescimento urbano (MUNDO GEOGRAGIA, 2013).

Os aglomerados foram o tipo de entidade mais próximo das primeiras cidades, porém, somente a partir de algumas condições foi possível entende-las separadas em relação as áreas de produção, sendo essas condições, a evolução dos processos de produção na agricultura e no pastoreio, o adensamento populacional, inovações que proporcionaram o desenvolvimento do artesanato, a divisão da produção social: o agricultor e o pastor e a separação espacial entre agricultura e pastoreio (BRUMES, 2001).

Dado isso, o Estado deve implementar políticas públicas voltadas à habitação, por meio de programas de ação governamental, garantindo o direito fundamental à moradia, através da ordem econômico-social. O Estado deve atuar de forma positiva, com políticas públicas habitacionais efetivas. O grande número de favelas e os episódios através da natureza colocam os moradores dessas áreas em risco de vida. São necessárias políticas públicas voltadas à moradia, pois os programas de governo são temporários e o direito à moradia é permanente (ANDRADE, 2015).

A falta de lugar digno para viver afeta a educação, o emprego, a saúde, além dos direitos dos indivíduos, ou seja, é a contraposição da dignidade das pessoas. São várias barreiras de limitações para o acesso a esse direito, como a falta de políticas públicas, os custos para a realização e principalmente a não destinação das verbas específicas para os programas habitacionais (ANDRADE, 2015).

A Urbanizações de Favelas são intervenções no espaço físico podendo ser à dimensão

social e sua população. As intervenções físicas são questões de prevenção e eliminação dos riscos, ou ainda a implantação infraestrutura urbana como drenagem, fornecimento de água, eletricidade, saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, condições viárias. As questões sociais em relação aos serviços urbanos são associadas a mobilidade e transporte público, como também a postos de saúde, centros de educação, lazer e segurança pública. As questões habitacionais como realocações e intervenções para a melhoria das residências devem ser levantadas, além das características sociais como a violência, presença de tráfico, as relações políticas, entre outras (FERREIRA, 2017).

A urbanização está em constante avanço no Brasil. Teve seu início no século XVIII, com a mudança da população rural para as cidades. O crescimento econômico destas cidades despertou o interesse e atraiu assim, mais habitantes. No ano de 1872, Rio de Janeiro, Salvador e Recife já possuíam mais de cem mil habitantes cada uma. A maior variação da população urbana ocorreu entre 1940 e 1980, onde a taxa de urbanização no ano de 1940 era de 26,35% e em 1980 atingiu 68,68% (SANTOS, 2005).

No último Censo de 2010, foi possível levantar que a população brasileira que vivem nas áreas rurais totalizam 15,63% e já nas áreas urbanas chegam à 84,36% (IBGE, 2010). Segundo as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez mais da metade da população mundial residirá em áreas urbanas e até 2030 mais cinco bilhões de pessoas chegarão as cidades (OJIMA, 2007).

1.1.1 Planejamento Urbano no Brasil

O planejamento deve trazer benefícios e ser compartilhado por todos, onde projetos com objetivos do desenvolvimento sustentável necessitam de organização e harmonização territorialmente e setorialmente. Políticas urbanas incentivam a conectividade e os desenhos urbanos sustentáveis, reduzindo assim o uso de automóveis, melhorando a mobilidade através do uso de transporte coletivo ou bicicletas (CAMARA; MOSCARELLI, 2016).

O planejamento que é capaz de gerar usos mistos, é uma das intervenções de melhor valia para os usos privados e públicos. Deve focar no acesso da cidade aos espaços públicos, da infraestrutura pública, oportunidades econômicas e transporte público eficiente, melhorando a inclusão necessária e obtendo cidades mais seguras, como é o exemplo de Medellín, na Colômbia. Esse planejamento, assegura ainda, que o uso do solo, a implementação de serviços básicos e infraestruturas sejam conectados (CAMARA; MOSCARELLI, 2016).

Um desenho urbano bom, colabora para a sustentabilidade, habitabilidade e potencial econômico de uma cidade. Promove cidades compactas e controladas, desenvolvendo

estratégias e quantidades de espaços públicos necessários, além de ruas eficientes, tornando as comunidades vitais e priorizando saúde dos habitantes (CAMARA; MOSCARELLI, 2016).

O Urbanismo no Brasil começou logo após a chegada da família real portuguesa em 1808, transformando assim o país na sede da monarquia. A corte permaneceu no Rio de Janeiro durante treze anos e foram de grande relevância na área política e econômica, sendo no ano de 1822 a declaração de independência brasileira. Foi então, com a abertura dos portos para o comércio exterior, que o fluxo de comerciantes e viajantes estrangeiros cresceram no país, tornando o Rio de Janeiro uma cidade “cosmopolita” ou seja, grandes centros urbanos (OLIVEN, 2010).

No final do século XIX e meados do século XX, o Brasil foi assolado por epidemias, principalmente a cidade do Rio de Janeiro, já que o saneamento até então era apenas central, com isso engenheiros foram convocados para a implantação de redes de água e esgoto em outras cidades necessárias. Nesta época, surgiu a primeira fase (1875 – 1930) do planejamento urbano, o denominado plano de melhoramento e embelezamento, que serviu para controlar o espaço urbano (LEME, 1999).

Esses planos previam o início de novas avenidas, interligando áreas importantes da cidade, obtendo como consequência a demolição de áreas consideradas nocivas, ou seja, os famosos “cortiços”. A principal figura desse período foi o Engenheiro Saturnino de Brito, que idealizou planos de saneamento básico para diversas cidades brasileiras, sendo que algumas delas passaram também por expansão urbana, como foi o caso em Vitória (1896), Santos e Recife (1909-1915) (SABOYA, 2008).

No Rio de Janeiro, o plano mais representativo foi o de Pereira Passos, tendo em vista que o mesmo participou da elaboração do Plano de Melhoramentos de 1875. Ao se tornar prefeito, adotou nova versão desse plano e previu uma sucessão de obras para o embelezamento da cidade. Podendo destacar entre elas, por exemplo a Av. Central atualmente Av. Rio Branco (Figura 1 e 2), a Av. Beira Mar e a Av. Mem de Sá (SABOYA, 2008).

Figura 1 – Av. Central, 1905



Fonte: Veja Rio, 2017

Figura 2 – Atual Av. Rio Branco, 2018



Fonte: Veja Rio, 2018

Na segunda fase (1930 – 1965) surgiram os Planos de Conjunto que se preocupavam com a integração das ações, sendo assim, passaram a abranger toda a cidade e não apenas áreas específicas do território do Município. A partir deste período, que surgiram os zoneamentos e a legislação urbanística de controle do uso e ocupação do solo (LEME, 1999).

Um dos representantes para o Rio de Janeiro foi o Plano de Alfred Agache (Figura 3), elaborado em 1930. Marca a transição dos planos de embelezamentos para os superplanos, que se desenvolveram nas décadas de 60 e 70. Este desenho tem como característica um diagnóstico extenso para a elaboração das estratégias urbanas, além da assistência da ciência e da técnica (VILLAÇA, 1999).

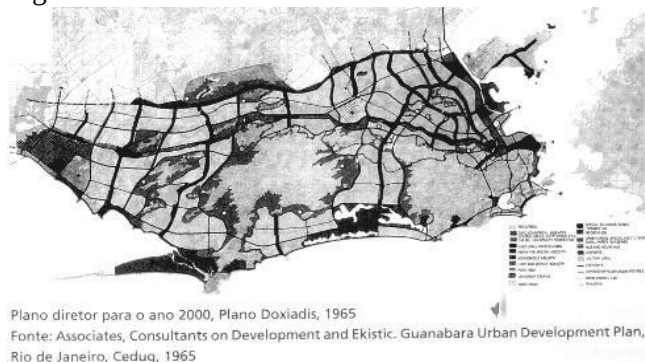
Figura 3- Perspectiva do centro monumental do Plano Agache



Fonte: Azevedo e Costa, 2013

A terceira fase deu início em 1965 a 1971 e ficou conhecida como Planos de Desenvolvimento Integrado, onde outros aspectos passam a ser considerados, como os aspectos econômicos e sociais, o principal exemplo é o Plano Doxiadis (Figura 4). Quanto mais complexos, mais crescia os problemas sociais e mais se distanciavam viabilidade de implementação (SABOYA, 2008).

Figura 4 - Plano Doxiadis



Fonte: Saboya, 2008

Por fim, a quarta fase ficou conhecida como Planos sem mapas (1971 – 1992), devido aos maus resultados da falta de aplicação dos superplanos, surgiu então a elaboração de planos sem os diagnósticos técnicos e dos mapas (VILLAÇA, 1999).

Entretanto, o espaço urbano não se livrou de algumas características dos períodos colonial e imperial, que eram conhecidos pela concentração de terra, renda e poder, pelo coronelismo ou da política do favor e da aplicação arbitrária da lei. No início do século XX as cidades brasileiras eram promessas de avanço e modernidade ao contrário do campo que representava um Brasil arcaico. Após a revolução de 1930, o processo de urbanização e industrialização conquista novos ritmos com as políticas oficiais. Porém, no final do século XX, as cidades brasileiras parecem possuir uma imagem ligada à violência, poluição das águas e do ar, tráfegos desordenados, enchentes, entre outros males (MARICATO, 2003).

A segregação urbana é uma das faces da desigualdade social. É possível identificar a dificuldade de acesso aos serviços e a infraestrutura urbana precária, como transporte precário e caótico, saneamento insuficiente, drenagem inexistente, dificuldade no abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde e educação, desempregos, exposição à violência, discriminação racial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003).

1.2 FAVELIZAÇÃO

O processo de favelização das cidades é considerado um problema social. No Rio de Janeiro, os dados do crescimento da cidade são grandes, sendo 20% dos habitantes da cidade são residentes de favelas. Alguns exemplos para o aumento das favelas e o do processo de favelização são: o crescimento do desemprego, a especulação imobiliária, a falta das políticas públicas sociais em relação à habitação para a população e os transportes coletivos defasados (SILVA, 2012).

Existem muitas definições do que vem a ser uma área favelada, devido as diversas interpretações feitas por analistas em relação a organização sócio-espacial dos aglomerados habitacionais ao longo dos anos. São levadas em considerações a quantidade de domicílios existentes, a natureza da ocupação da terra, a qualidade das habitações, a falta de infraestrutura básica, a irregularidade em relação aos aspectos urbanísticos e edifícios, e a natureza “ilegal” da ocupação das terras. As favelas podem surgir em áreas ocupadas diretamente pela população, são terras desocupadas que recebem então os barracos habitacionais, construídos na maior parte dos casos pela população pobre, de forma individual e em partes (NASCIMENTO; MATIAS, 2006).

A origem das favelas vem com a necessidade, de como e onde vão morar as classes sociais de menor renda. A construção de habitações para as mesmas não encontra amparo, fato esse que minimizaria assim a demanda habitacional e a expansão de áreas faveladas (NASCIMENTO; MATIAS, 2006).

Porém, a formação das favelas nas cidades está relacionada a dois grandes fatores, sendo eles, a urbanização e a industrialização. A relação com a industrialização, se deu por meio da imigração da população do campo para a cidade, onde o homem foi trocado pela máquina e buscou por emprego em áreas urbanas. A procura por moradias e condições melhores de vida nas grandes cidades brasileiras, acarretaram na rápidas urbanização, sendo que hoje as cidades que possuem as maiores favelas são São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (PENA, 2013).

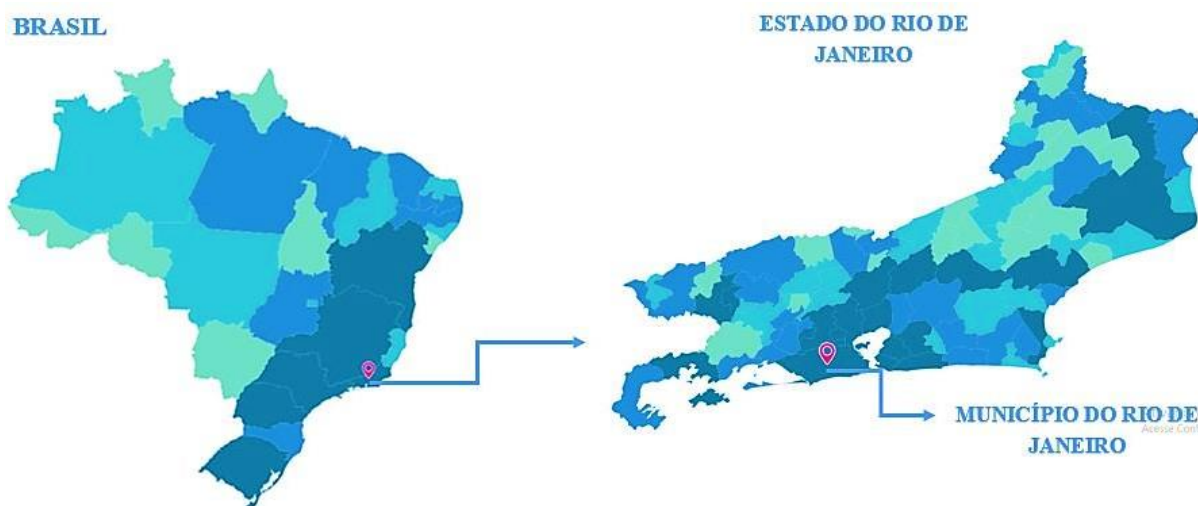
A percepção das áreas de favelização é importante para a definição das políticas públicas em diferentes ao governo. Para a detecção destas áreas são necessários estudos e levantamentos da situação local, sendo eles muito bem detalhados, porém custosos. Esse fenômeno de favelização pode ocorrer tanto em pequenas escalas, de diferentes intensidades e de diversas conformações urbanas. Os censos demográficos do IBGE apresentam grande capacidade de identificarem tais fenômenos, através de seus processos de coletas, informações detalhadas por dados, etc. (MATION et al., 2014).

Esse processo de favelização expõe as consequências das desigualdades socioeconômicas que contribuem para a segregação urbana e cultural das classes menos favorecidas da sociedade (PENA, 2013). As favelas sofrem uma caracterização oriunda da sociedade, pela mistura de diferentes etnias, culturas e naturalidades em seu espaço, seus moradores são alvos de discriminação. Porém, para muitos moradores as favelas são a única opção de sobrevivência (SILVA, 2012).

1.3 RIO DE JANEIRO – RJ

O município do Rio de Janeiro (Figura 5) é a capital do estado do Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE a cidade conta com uma população estimada de 6.718.903 habitantes para o ano de 2019. Seu território total é de 1.200,255 km² e seu gentílico é conhecido como carioca. A cidade possui 257 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS e seu índice de desenvolvimento Humano é de 0,799. Em relação a educação, o município conta com 2.302 escolas de ensino fundamental e 763 de ensino médio, de acordo com o IBGE, a cidade totaliza com um rendimento domiciliar urbano de 4.402,35 reais para trabalhadores formais (IBGE, 2019).

Figura 5 - Localização do município do Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE (2019), organizado pela autora (2020).

A fundação da cidade ocorre com a expansão marítima da Europa no século XV e a busca portuguesa para dominar o comércio das especiarias, assim Portugal alcançou a Costa do Brasil em 22 de abril de 1500, avistando o Monte Pascoal, atualmente a Bahia. Sendo enviada a primeira expedição exploratória pelo território brasileiro, no ano de 1501 comandada por Gaspar de Lemos. O nome Rio de Janeiro veio ao chegarem à entrada da Baía de Guanabara e

acreditavam estar diante do fim de um rio, chamaram-no Rio de Janeiro pois era o primeiro dia do ano (LINHARES, 2015).

Em 1763 o Rio de Janeiro (Figura 6 e 7) tornou-se capital do Brasil, onde o ouro e os diamantes começaram a passar pelo seu porto, aumentando assim o valor econômico e político da cidade. A economia se dava pelo comércio marítimo entre o Rio de Janeiro e Lisboa, além da produção de açúcar e café. No ano de 1822 passou a sediar o Império do Brasil e até 1870 era responsável por 60% da produção nacional cafeeira. A Abolição da Escravatura, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889, ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, foram essenciais para a falência da mesma (LINHARES, 2015).

Figura 6: Corcovado e o Cristo Redentor, 2019



Fonte: Gray Line Brazil, 2019

Figura 7: Praia de Copacabana, 2019



Fonte: Diário do Rio, 2019

A partir do século XX (Figura 8) a cidade se impulsionou nas construções influenciadas pela arquitetura francesa, entre os anos de 1920 e 1950 a cidade passou a acolher turistas de todo o mundo, encantados com suas paisagens, que beneficiou a economia local. A cidade passou a ser a capital do estado do Rio de Janeiro e é reconhecida como centro cultural e político (PACIEVITCH, 2020).

Figura 8 - Era o principal porto colonial para escoamento do ouro de Minas Gerais



Fonte: Lucena, 2015.

1.3.1 Urbanizações nas Favelas do Rio de Janeiro

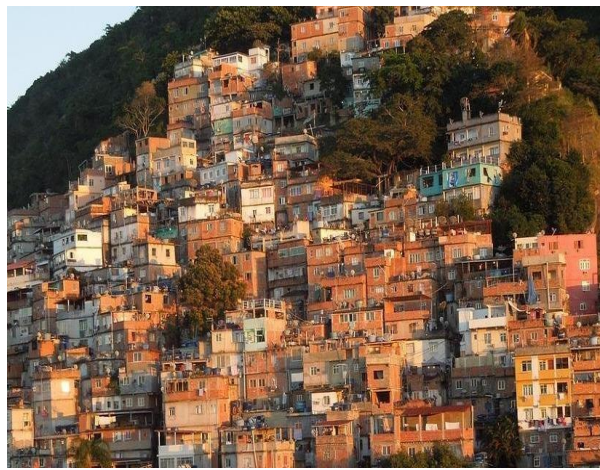
A primeira favela do Rio de Janeiro, o Morro da Providência (Figura 9), surgiu em 1897, fundada pelos veteranos da Guerra de Canudos. As favelas que vieram a surgir, foram fruto da necessidade de iniciar uma vida urbana, porém a cidade era carente de habitações acessíveis economicamente. Políticas públicas não foram apresentadas pelo governo até 1937, sendo a primeira intervenção em 1910 nas áreas de baixa renda pelo Prefeito Francisco Pereira Passos, que demoliu cortiços e favelas para implantar a “Hausmanização do Rio”, imitação das ruas largas de Paris e seus jardins projetados (RIO ON WATCH, 2013).

Figura 9: Casas no Morro da Providência em 1905



Fonte: Carvalho, 2015

Figura 10: Favela da Rocinha, 2019



Fonte: Correio do Povo, 2019

O Código de Obras de 1937, retrata as favelas como “aberrações”. No ano de 1940, elas foram denominadas um problema de saúde pelo Prefeito Henrique Dodsworth, removendo assim as pessoas que moravam lá para “parques proletariados”, que pararam de crescer devido aos custos de manutenção. Em 1960 o Governador Carlos Lacerda desassociou a assistência do município para as favelas da Igreja Católica (RIO ON WATCH, 2013).

O programa federal CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro) removeu 100.000 pessoas de suas residências entre 1968 e 1975, para serem realojados em conjuntos habitacionais edificadas na periferia. Esses conjuntos diferenciavam em termos de qualidade, onde os de maior qualidade eram abandonados rapidamente, devido seus moradores não conseguirem arcarem com o aluguel e serviços básicos. Muitos conjuntos se deterioraram após 06 meses de uso, devido a corrupção no processo de construção e da falta de recursos para manutenção, alguns ainda foram abandonados (RIO ON WATCH, 2013).

O CHISAM se deu por encerrado no ano de 1973, dando lugar para o Banco Nacional

da Habitação que iniciou financiamentos para moradias das classes média e média-baixa tentando evitar uma falência. Na metade dos anos 70, o governo não prestou apoio as favelas, salvo o programa federal Promorar, que deu suporte a seis comunidades. Em 1972, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) através de um congresso defenderam uma urbanização local e o fim das remoções (RIO ON WATCH, 2013).

Os ativistas que prezam pela moradia apoiam a melhoria das comunidades informais, sendo contra a remoção das mesmas, devido a preservação da história, a baixa qualidade habitacional e na localização em relação aos empregos dos moradores, além do direito de posse dos mesmos. O desenvolvimento das Favelas do Rio de Janeiro se deu pela história política “Apoiar ou remover”, no qual a resposta se desenvolveu e é a política pública nas favelas do Rio mais clara (RIO ON WATCH, 2013).

1.3.2 Programa Favela-Bairro

No Brasil, as favelas surgem da ausência de políticas públicas que deveriam certificar o acesso à moradia para a população de baixa renda, na cidade do Rio de Janeiro as mesmas possuem papel forte na paisagem urbana (KROFF; LEITÃO, 2019).

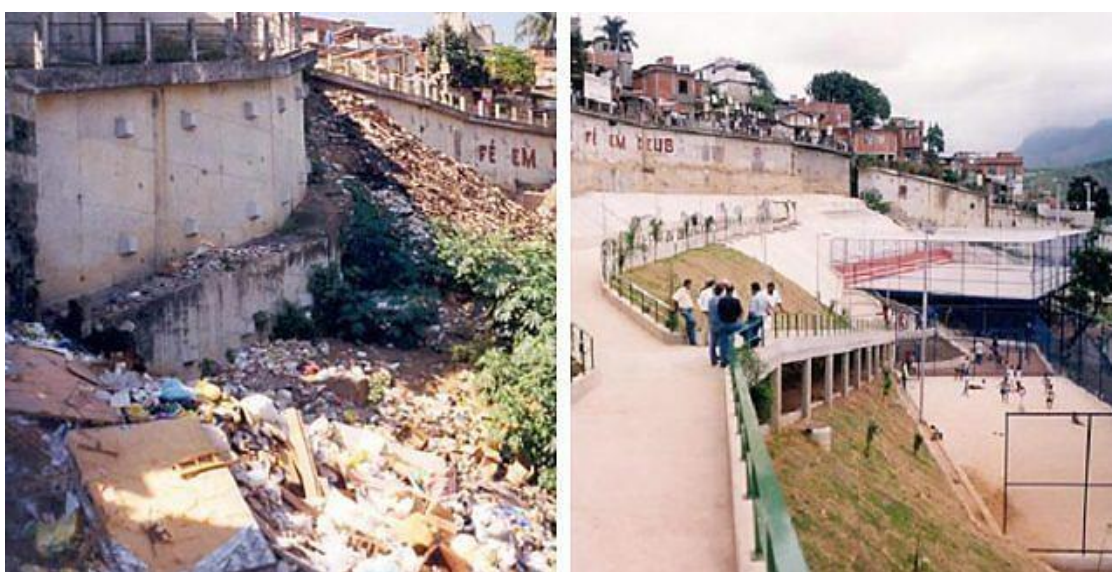
As ocupações eram crescentes, ocorrendo uma falha nas políticas habitacionais e nas iniciativas do governo para obras de residências e de infraestrutura urbana, devido à demanda apresentada pelas favelas. A legislação não permitia essas ocupações serem denominadas “cidade” no ano de 1993, foi através de iniciativa do governo municipal que construir a “cidade” deveria ser onde podia ser identificada “casas”, transformando assim aproximadamente 100 favelas em bairros e acolhendo 120 mil habitantes (SALOMON, 2005).

O Programa Favela-Bairro, foi elaborado com menção no Plano Diretor de 1992, sendo o ponto de partida da política de habitação de 1990, definiu espaços públicos como sua prioridade (Figura 11). Tinha como objetivo beneficiar as favelas com infraestrutura básica, condições de acessibilidade, serviços sociais, regulamentação imobiliária e a implementação de creches, contribuindo com a permanência das favelas e dos seus moradores, o programa foi recebido com satisfação entusiasmo. Porém, a infraestrutura oferecida as favelas pelo referido programa, foram realizadas com material de baixa qualidade e a manutenção que deveria ser monitorada, funcionou precariamente sendo necessário outras intervenções para corrigirem os problemas que vieram a surgir (GOMES, 2013).

O Programa Favela-Bairro tem por intenção a construção de áreas na cidade, ou seja, quebrar barreiras que impedem esse objetivo onde a diferença não quer dizer exclusão (KROFF; LEITÃO, 2019).

“Favela-Bairro foi um passo corajoso na direção certa, mas não foi ‘o ideal’. Não houve uma avaliação das melhores práticas, somente práticas que foram melhores que outras em um determinado tempo e lugar. Quando uma ideia inovadora alcança o nível de implementação e começa a ser rotina, suas contradições internas viram novos desafios a serem abordados” (RIO ON WATCH, 2013).

Figura 11- Intervenção do Programa Favela-Bairro - AntesxDepois



Fonte: CAU – RJ, 2013

Segundo o prefeito da cidade César Maia, o objetivo do programa era unir as comunidades à cidade, possuindo 600 milhões de dólares em investimento. O investimento nas favelas é uma forma de investir mundialmente no Rio de Janeiro. Conforme os “Cadernos do Favela-Bairro”, no ano de 2005 foram beneficiadas pelo programa cerca de 557 mil pessoas com uma melhor qualidade de vida. O programa retrata o direito de uma vida digna, sendo esta, uma vida que muitos moradores lutaram por gerações (LUNA, 2007).

Para a escolha das favelas que receberiam as primeiras obras, foram organizadas por tamanho, sendo elas, pequenas, médias e grandes. As classificadas como médias possuíam entre 500 e 2.500 lares, representavam 40% das favelas de toda a cidade e seriam as primeiras beneficiadas. Foram escolhidos os 40 lugares mais viáveis e entre eles, 16 foram selecionados pelo Prefeito e Subprefeitos para receberem os primeiros projetos (LUNA, 2007). É possível perceber pelas imagens os benefícios das obras nas comunidades, por exemplo na de Jacarepaguá (Figura 12).

Figura 12 - Rio das Pedras – Jacarepaguá, antes e depois



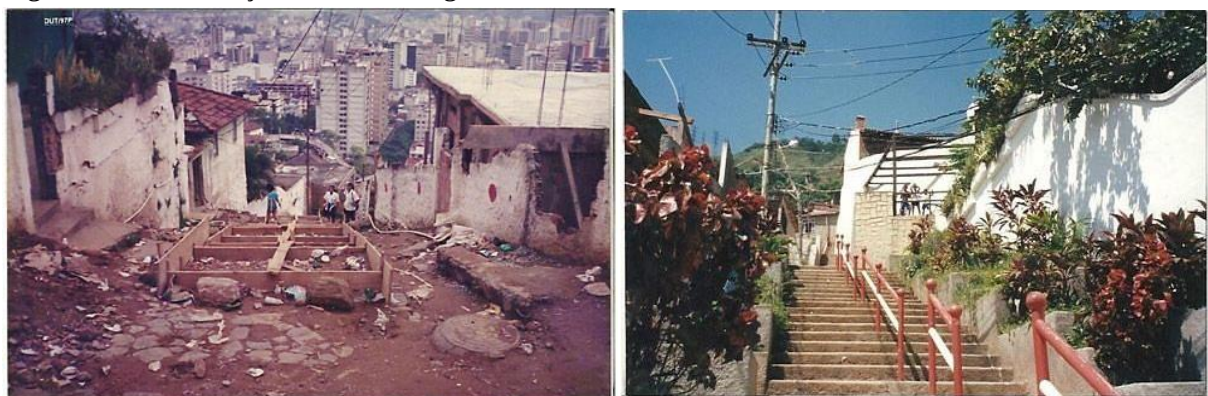
Fonte: Portal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2013

Na primeira fase do programa, 38 favelas haviam recebido melhorias, juntamente com programas paralelos, como o Favela Bairrinho criado para comunidades com menos de 500 lares e o Grandes Favelas com mais de 2.500 lares. A segunda fase do Favela-Bairro começou no ano de 2000 a 2005 e contou com a urbanização de mais 62 favelas e 24 loteamentos irregulares, incluindo ainda creches e centros de informática (RIO ON WATCH, 2013).

Atendendo aos pedidos populares por novas obras e as necessidades das favelas que ainda não haviam sido favorecidas pelo Programa Favela-Bairro, a Prefeitura do Rio de Janeiro, juntamente com o poder público estadual e federal criou em 2010, o Programa Morar Carioca (GOMES, 2013).

O Programa Favela-Bairro foi um salto ideológico em comparação as antigas intervenções nas favelas e com o passar dos anos é possível observar os resultados concretos de suas conquistas graças ao programa (Figura 13). Além das mudanças em relação as favelas, tratando-as como comunidades merecedoras de recursos públicos (RIO ON WATCH, 2013).

Figura 13 – Intervenção no bairro Salgueiro



Fonte: Jauregui (s/d)

A preocupação de urbanização dessas favelas, deveriam ser em relação a inclusão das mesmas à cidade, oferecendo um ambiente de qualidade aos moradores. Porém, a importância é focada em inserir a cidade nos fluxos globais. As intervenções e as execuções destes projetos urbanos, foram concretizadas por empresas privadas que deixaram de lado a abordagem participativa com os moradores, eu fazia parte do discurso do Programa (GOMES, 2013).

1.3.3 Programa Morar-Carioca

No final dos anos 2000, os financiamentos de urbanização do programa Favela-Bairro e de projetos similares como o Bairrinho e o Grandes Favelas estavam quase esgotados. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), deu início a instalação de obras públicas nas favelas, sendo eles projetos chamativos como o teleférico no Complexo do Alemão e a ponte projetada por Oscar Niemeyer na entrada da Rocinha. A procura por serviços públicos e de qualidade nas favelas do Rio continuaram a ser maior do que a oferta. Dado isso, o prefeito Eduardo Paes anunciou em 2010 que todas as favelas do Rio de Janeiro estariam urbanizadas até o ano de 2020, através do novo programa chamado Morar Carioca (Figura 14). O programa possuiria um orçamento de R\$8 bilhões e em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), organizaria todas as melhorias necessárias (RIO ON WATCH, 2013).

Figura 14 – Conjunto habitacional



Fonte: Carioca Digital, 2015

O Morar Carioca garante uma participação da sociedade nas etapas de execução através de assembleias e reuniões nas comunidades, além de debates abertos da sociedade civil organizada e dos cidadãos. Tem o comprometimento de remover casas que se encontram em áreas de risco ambiental e realojar quando necessário. Se compromete com novas regras de

zoneamento para as favelas urbanizadas, tornando-as “Área de Especial Interesse Social” (AEIS), baseado nas “Zonas de Especial Interesse Social” (ZEIS). O Estatuto das Cidades de 2001, garantiu preservação dessas áreas como moradias a preços acessíveis (RIO ON WATCH, 2013).

A implementação desse programa enfrentou desafios já que dependiam de investimento contínuo, através da Secretaria de Habitação e das demais Secretarias Municipais. Sendo criado um banco de dados on-line, onde os escritórios alimentavam e eram mediados pela Secretaria, hospedando as discussões do Morar Carioca. O concurso para o programa Morar Carioca encorajava os escritórios em suas propostas em relação ao tecido urbano das favelas, com a construção de habitações multifamiliares verticalizadas em lugares que tiveram a retirada de residências existentes (LEITÃO; DELECAVE, 2013).

Em junho de 2012 os recursos foram liberados para o início do projeto. Ao todo eram dez empresas responsáveis, que possuíam um assistente social ou um antropólogo na equipe, com a finalidade de avaliar o uso dos espaços públicos. A Ong iBase, contratada pela Secretaria Municipal de Habitação ficou responsável pelo diagnóstico social, além de filmagens documentais e levantamentos com os moradores sobre as melhorias importantes para os mesmos. As comunidades estavam esperançosas, porém houve casos de comunidades prometidas para receberem urbanizações do Morar Carioca que enfrentaram remoção completa. Algumas comunidades esperaram entusiasmadas, porém até o ano seguinte do início, não receberam sequer projetos (RIO ON WATCH, 2013).

No Morar Carioca, a existência do cenário político favorável permitiu o desenvolvimento de soluções para a inclusão dos moradores no processo de planejamento, e a execução das obras de urbanização e no controle das melhorias implantadas, esse cenário foi possível pela organização das entidades representadas por moradores das favelas que seriam contemplados na primeira fase do respectivo programa Morar-Carioca (LEITÃO; DELECAVE, 2013).

O programa entende as necessidades das comunidades além dos desafios enfrentados com a urbanização. Assim como busca beneficiar a população com pavimentações, infraestrutura de água, luz e esgoto, também propõe suprir a ausência de equipamentos públicos nessas áreas, como por exemplo, postos de saúde, creches e escolas (PREFEITURA DO RIO, 2015). Outro exemplo aplicado é a praça do conhecimento (Figura 15) centro de inclusão, capacitação e aprendizado para os jovens trabalhadores, foi instalado na favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão e abriga lojas, área de lazer e uma edificação de cinco mil metros quadrados que operara um centro de tecnologia e cultura (MILHORANCE, 2011).

Figura 15 – Praça Do Conhecimento



Fonte: Carioca Digital, 2015

Os investimentos aplicados em cultura nessas comunidades criam um alcance em relação à mudanças de atitudes. Na favela de Nova Brasília, o Cinecarioca 3D dispõe de preços populares e tem maior taxa de visitação do Brasil, sendo ainda uma das maiores da América Latina (PREFEITURA DO RIO, 2015).

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Nesse capítulo foram apresentados os conceitos necessários para embasamento, entendimento e uma boa compreensão e relação aos programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca. Teve como objetivo ainda, conceituar o planejamento urbano no Brasil e as características do mesmo. Foram contextualizados a urbanizações no Brasil em relação as favelas, as origens das mesmas e os desafios enfrentados por elas. Além disso, se conceituou os programas Favelas-Bairro e Morar-Carioca e suas funções para com os moradores das favelas do Rio de Janeiro.

Estas conceituações e contextualizações fundamentarão o restante da pesquisa, pois ao analisar os programas, procura-se saber as melhorias que os respectivos trouxeram as favelas. Nesse contexto, a história se faz necessária para o melhor entendimento dos momentos. O próximo capítulo terá foco específico nas abordagens, que trarão melhor entendimento a respeito dos programas em foco.

2. ABORDAGENS

Nesse capítulo será compreendido através de abordagens e correlatos como é aplicado o conceito de Urbanização em outras cidades. Contará com um exemplo da Colômbia, sendo a cidade de Medellín a qual recebeu uma transformação social e urbanística, elevando os índices positivos da cidade. Outro correlato fica por conta das Unidades de Polícia Pacificadora Social – UPP Social no Rio de Janeiro, ação essa que procura entender os problemas sociais que elevam os índices de criminalidade. Por fim, o Centro Comunitário da Paz – Compaz, localizado no Recife, com o intuito de oferecer atividades e serviços diversos como esportes, cultura e saúde.

2.1 MEDELLÍN - COLÔMBIA

A cidade Medellín na Colômbia chegou a ser eleita a cidade mais perigosa e violenta do mundo e passou a ser a mais inovadora, sendo apontada como uma das melhores cidades para se viver da América do Sul, mesmo com um passado violento.

Dos anos 80 até os anos 2000, a Colômbia ficou marcada pelo período de Pablo Escobar, onde se via guerras entre cartéis de drogas e as guerrilhas, os índices de homicídios eram muito elevados, fazendo com que cidade de Medellín ficasse sempre dentre as 10 mais perigosas do mundo. No início dos anos 2000 a cidade passou por mudanças, atraindo assim, os turistas para admirarem suas paisagens. A criminalidade teve uma baixa de 80% e a mesma chegou a ser eleita em 2013 a “Cidade do Ano” pela Wall Street Journal, além de prêmios de inovação (MUNDO SEM FIM, 2016).

2.1.1 A História de Medellín - Colômbia

Atrás apenas do Brasil, a Colômbia possui 46.300.196 habitantes, sendo a segunda maior população da América do Sul. A cidade de Medellín (Figura 16 e 17) está localizada no Vale da Aburrá, na Colômbia e comporta 1.861.265 de habitantes, possui uma área total de 380,64 km², sendo deles 110,22 km² de área urbana e 270,42 km² de área rural (FRANCISCO, 2019).

A região antigamente era povoada por índios caraíbas, chibchas, muiscas e quimbayas. Sua ocupação se deu por espanhóis no século XV, e durante todo o século XVI a área recebeu africanos em condições de escravização para trabalhos braçais (FRANCISCO, 2019).

Figura 16 – Colômbia na América do Sul



Figura 17- Medellín na Colômbia



Fonte: Travels Maps (2018), organizado pela autora (2020).

As moradias populares irregulares em Medellín surgiram em 1840. As invasões se intensificaram em 1930, quando a cidade se tornou um centro comercial, industrial e financeiro na Colômbia, atraindo o público externo. A partir do século XX, registrou-se o começo de um crescimento demográfico, consequência da violência e do processo de industrialização, a população mudou-se do campo para as cidades desencadeando a crise urbana e a incapacidade de oferecer a infraestrutura básica para a população (MAZO, 2017).

O governo respondeu a demanda habitacional com a criação de leis e meios para atenderem a população com as necessidades em relação às suas rendas. Nasce uma luta social pelo direito à cidade que são perceptíveis no cotidiano da população, logo alcançando os espaços públicos, porém essa mobilização social operava de forma desordenada (MARTIN, 2012).

Desde 1986, os combates violentos oriundos dos traficantes de droga e gangues do narcotráfico, influenciaram diretamente na vida cotidiana da população que desenvolveu técnicas de sobrevivência e proteção, fazendo o governo local se voltar contra os habitantes através de prisões, desaparecimentos e assassinatos (SÁNCHEZ MAZO, 2014). Medellín era sede do cartel de Pablo Escobar, tempos sem lei e violentos para a cidade. O traficante acabou morto em 1993 pela polícia, libertando a cidade do medo e da violência implantado por anos (CATRACA LIVRE, 2018).

2.1.2 Modelo Medellín - Colômbia

Através de um novo conceito de arquitetura juntamente com a integração social de espaços públicos indefesos, a cidade se distanciou cada vez mais do ranking entre as mais violentas da América Latina. Medellín associou-se às construções de novos espaços públicos inovadores (Figura 18), além de uma arquitetura que passou a considerar seu entorno natural e o construído. Foi por meio das intervenções espaciais, a vontade de mudança e a sua cultura, que a cidade se tornou um dos pontos turísticos mais visitados, fazendo referência contínua ao conhecido “**Modelo Medellín**”. O Modelo incentivou as transformações em relação a crise anterior e as mudanças ligadas à desigualdade social (BARATTO, 2013).

Figura 18 - Antes e depois: escadas rolantes construídas



Fonte: Katherineech, 2015.

As mudanças vieram a partir dos anos 2000, quando a cidade fechou parceria com a Empresa de Serviços Públicos de Medellín, gerando oportunidades econômicas para os bairros marginalizados, atraindo a atenção e investimentos internacionais. Foram investidos em construções de escolas, bibliotecas, parques e a infraestrutura adequada para os transportes. O metrô público e os teleféricos integraram os bairros e facilitaram o deslocamento da população. Esse modelo inclusivo de desenvolvimento urbano, aproximou os cidadãos divididos por questões socioeconômicas, diminuindo a violência da cidade (CATRACA LIVRE, 2018).

A Empresa de Serviços Públicos de Medellín abastece os serviços de água, esgotos, energia e gás. Em um rápido levantamento, 60% do território urbano é formado por favelas

urbanizadas. A cidade tem mais de 95% em saneamento e quase a totalidade possui em água potável e energia elétrica, além de 70% da população faz uso de faz natural (GHIONE, 2014).

A resolução do transporte público é considerada o principal aspecto para a transformação, assim como os programas urbanos de acessibilidade (Figura 19), as calçadas, as ciclovias e as escadas rolantes com acesso para as favelas (GHIONE, 2014).

Figura 19 – Via Urbanizada AntesxDepois



Fonte: Angiolillo, 2019

Figura 20 - Escadas rolantes na Comuna 13



Fonte: Ghione, 2014

As escadas (Figura 20) tornaram possível um acesso à mobilidade que integrasse o resto da cidade, os principais favorecidos foram crianças, idosos e pessoas com dificuldades de locomoção. Logo projetos educativos começaram a surgir nas comunidades, ofertando oportunidades aos moradores em situação vulnerável. As casas e ruas receberam atenção e passaram a ser conhecidas por suas cores, destaque para as artes de rua que atraem turistas do mundo (CATRACA LIVRE, 2018).

Santo Domingo era o bairro do conhecido traficante Pablo Escobar, chegou a ser eleito

o mais violento da cidade, além do mais violento da América Latina. Hoje abriga o Parque Biblioteca España (Figura 21), local turístico e de visitação dos moradores, onde ocorrem aulas e acesso à Internet gratuitos. A biblioteca teve sua inauguração em 2007 e criou uma ligação entre os bairros, beneficiando a população com serviços culturais e espaços público. É composto por três edifícios de ardósia preta, que foram idealizados e projetados por arquitetos regionais e também reconhecidos pelo uso de tecnologias para o desenvolvimento da comunidade (CATRACA LIVRE, 2018).

Figura 21 – Parque Biblioteca España



Fonte: Catraca livre, 2018

Com o passar dos anos, os sucessivos prefeitos continuaram os planos de políticas públicas, como a Ruta N, agência essa da prefeitura que tem como objetivo coordenar os programas de inovação e tecnologia, localizado em uma das áreas mais pobres como forma de integrar as ações. Porém, são muitas as ações ainda a serem feitas, a violência, a desigualdade social e a economia seguem sendo um problema nos bairros pobres. Em julho de 2017, o secretário de Segurança de Medellín, Gustavo Villegas foi preso, por envolvimento com criminosos, porém o retrocesso se depender da população, jamais acontecerá (SANT'ANNA, 2017).

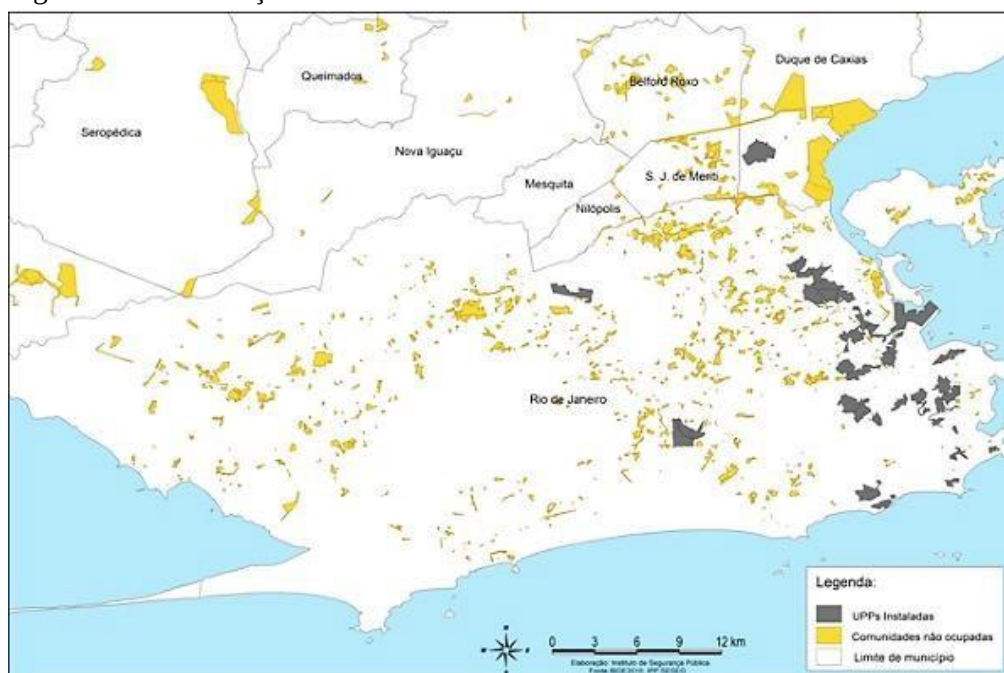
2.2 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA SOCIAL – RIO DE JANEIRO

As Unidades de Polícia Pacificadora –UPPs (Figura 22), foram criados no ano de 2009 pelo governo estadual do Rio de Janeiro, sendo um programa de segurança pública, com o

objetivo de acabar com o crime organizado da cidade. O governo conseguiu pacificar muitos territórios e ocupar com sucesso áreas tomadas por criminosos (CASA VOGUE, 2019).

A criação da UPP Social aconteceu em 2010, em decorrência do entendimento que para a pacificação, as condições sociais que levaram para à violência e ao crime precisavam ser combatidos. Condições essas como, a pobreza, a exclusão social, falta de emprego, e deficiência de serviços e infraestruturas públicas (CASA VOGUE, 2019).

Figura 22 – Localização das Unidades de Polícia Pacificadora



Fonte: ISP - Instituto de Segurança Pública

O Programa UPP Social promove políticas e serviços municipais por meio de instrumentos da Prefeitura do Rio de Janeiro e operam nas possuidoras de UPP - Unidades de Polícia Pacificadora. O Programa tem coordenação do Instituto Pereira Passos (IPP) e proporciona ações ligadas ao Governo Estadual e Federal, a sociedade civil e a empreendimentos privados. O IPP é responsável por desenvolver, conduzir e integrar as ações e serviços públicos realizados no âmbito do Programa (CABELEIRA, 2013).

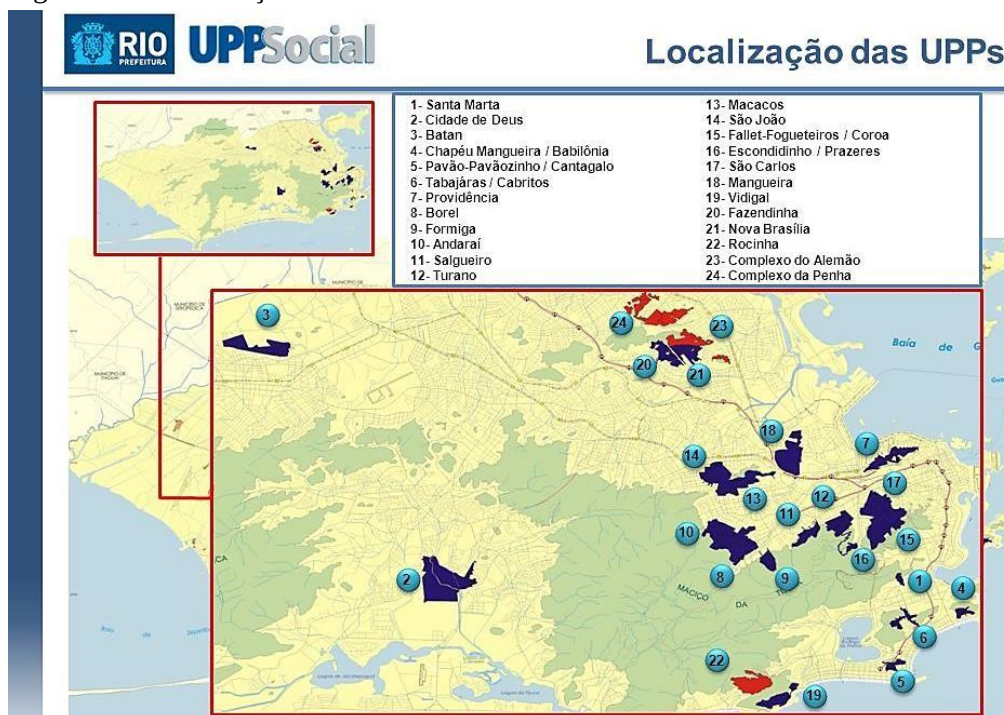
No ano de 2011, o programa fechou acordo com o ONU-Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) uma parceria para a aplicação dos projetos idealizados pelo Programa e colaborar com o IPP, para a produção de dados, análises e monitoramento de cada território da UPP Social (CABELEIRA, 2013).

A Fórum UPP social tem como estratégia o diálogo. A ligação entre a UPP Social e a unidade policial é estreita, pois pode definir o social de forma que se afasta das políticas que

garantem os direitos sociais da cidadania (FLEURY, 2012).

A partir do acompanhamento das reuniões setoriais, ficou visível que a forte presença das forças de segurança confunde os moradores em questões sociais e questões de segurança, ligadas a polícia pacificadora (FRANCO, 2014).

Figura 23 – Localização das UPPs Sociais



Fonte: Gestão Coordenada em Áreas de UPP, 2012

Os eixos que fazem parte das diretrizes de ação da UPP Social são elencados em alguns aspectos, sendo eles: Cidadania e Convivência: canais de escuta e interlocução social; Legalidade Democrática: orientação e serviços jurídicos, políticas para a regularização e formalização e fiscalização de regras de convivência e uso de espaços públicos; Superação da Violência Juvenil: o estímulo e apoio a jovens com esporte, cultura, lazer e cidadania; oportunidades educacionais; Integração Territorial e Simbólica: valorização de espaços públicos de convivência e lazer, acesso e circulação dos transportes públicos (HENRIQUES; RAMOS, 2011).

O programa UPP Social elenca ainda, ações em relação ao desenvolvimento social, que podem ser classificadas como a: Redução da Pobreza: projetos segurança alimentar e renda; Desenvolvimento Humano: aprimoramento dos serviços de saúde e educação, oportunidades culturais e esportivas; Inclusão Produtiva e Dinamização Econômica: iniciativas para a formação e colocação profissional, expansão de atividades e serviços locais; Qualidade de Vida:

projetos de apoio, acesso a equipamentos e serviços no entorno das comunidades; Diversidade e Direitos: orientação e acesso a serviços de direitos; Infraestrutura: melhorias na infraestrutura urbana, viária e econômica (HENRIQUES; RAMOS, 2011).

2.2.2 Atividades Aplicadas

A UPP Social tem como objetivo concretizar a promoção da paz no Rio de Janeiro. Porém, ela parte de uma concepção de "ausência do Estado" em determinadas regiões, para assim idealizar uma política de "integração" à cidade (COUTO, 2016).

Foi através da UPP Social, que a prefeitura conseguiu mapear as necessidades da população desses bairros, além dos aspectos urgentes. A construção de infraestrutura e de serviços públicos ocorreu em cada bairro pacificado conforme a necessidade dos moradores. Uma solução encontrada para a coleta de lixo que enfrentava dificuldade pelas estreitas vielas, foi o uso de motocicletas adaptadas (Figura 24) para o mesmo fim (ARQ. FUTURO, 2019).

Um aspecto simbólico como referência dos serviços públicos em bairros pacificados, foram as Praças do Conhecimento (Figura 25), inspiradas pelas bibliotecas de Medellín, para aprimorar os serviços públicos e as atividades culturais e de lazer para os moradores (CASA VOGUE, 2019).

Figura 24 - Motocicletas adaptadas



Fonte: Casa Vogue, 2019

Figura 25 – Praça do conhecimento



Fonte: Arq. Futuro, 2019

A implantação do programa revelou um grande potencial de expansão para as outras UPPs, baseado no modelo idealizado e aplicado. É visto como complexo pelo poder público e ambicioso em relação a cultura tradicional de gestão governamental e não governamental nas favelas. Os recursos necessários são a contratação de equipes locais, gestores capazes de analisar e diagnosticar e a realização de monitoramentos, ou seja, a UPP Social necessita poucos

recursos e tem grandes chances de ser expandida (HENRIQUES; RAMOS, 2011).

2.3 COMPAZ – RECIFE

A cidade do Recife é a capital do Estado de Pernambuco, possui cerca de 217,01 km² em área territorial, com aproximadamente 1.599.513 habitantes. O município é formado por 94 bairros e subdivididos em 6 Regiões Político Administrativas (FONTE, 2018).

Os centros comunitários são ações sociais que buscam a interação comunitária através de diversos serviços para a sociedade (FONTE, 2018). O Centro Comunitário da Paz (Figura 26) localiza-se em Recife e é um espaço de convivência para toda a comunidade, principalmente para à juventude. O local preza pelo fortalecimento da cidadania, pela cultura de paz, as prestações de serviços públicos e a qualificação profissional. O Projeto Compaz é decorrência das políticas do Programa de Governo da Prefeitura da Cidade do Recife e desenvolvido pela Secretaria de Segurança Urbana (RECIFE, 2017).

Figura 26 – Mapa de Recife e localização dos Compaz



Fonte: Ache Tudo e Região, 2019

Recife possui dois Centros Compaz, o primeiro é o Eduardo Campos (Figura 27) implantado em 2016 e é localizado no bairro do Alto Santa Terezinha e o segundo Compaz Ariano Suassuna (Figura 28) localiza-se no bairro do Cordeiro e foi inaugurado em 2017 (FONTE, 2018).

Figura 27 – Compaz Eduardo Campos



Fonte: Nigro, 2017

Figura 28 – Compaz Ariano Suassuna



Fonte: Algo Mais, 2018

2.1.1 Atividades Aplicadas

O centro foi inspirado nas bibliotecas-parques de Medellín. Desde 2012 foram criados dois Centros Comunitários da Paz, em Recife. Os Prédios, idealizado para atrair crianças, jovens e adultos, foram construídos para abrigar atividades e serviços como, esportes (Figura 29), cultura e saúde (CASA VOGUE, 2019).

Figura 29 – Aulas de artes marciais



Fonte: DINIZ, 2018

O programa é uma iniciativa pública, com o objetivo da inclusão social e afastamento da criminalidade. A informação sobre os direitos e deveres dos cidadãos, é importante para conscientização social dessas áreas, fazendo com que essas comunidades e grupos étnico-culturais identifiquem-se com mais respeito e conscientização de si e dos outros (RECIFE, 2017).

Ofertam contação de histórias, teatros, musicais, circos e leituras. Rodas de diálogos

sobre o combate às drogas, o racismo, homofobia e a violência contra mulheres. O Compaz Governador Eduardo Campos possui espaço para treino e competições de artes marciais, além de atividades esportivas e culturais, atendimento às mulheres vítimas de violência, aulas de inglês, espanhol (FONTE, 2018).

O Compaz Ariano Suassuna também oferta para a comunidade atividades culturais e esportivas. Orientações para o mercado de trabalho, confecção de currículo e sobre o PROUNI que concede bolsas de estudos universitárias sem custos. Serviço de Atendimento à Mulher e psicológico, qualificação profissional, aulas de idiomas (FONTE, 2018).

2.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo foram expostos modelos e propostas de abordagens em cidades, bairros e comunidades diferentes. No caso de Medellín, a cidade e seus moradores foram beneficiados com projetos e ideias que reformularam a vida da população, com acesso à saúde, educação e segurança. As UPPs Sociais, foram criadas com o intuito de elencar as necessidades das comunidades e entender os motivos que levavam essas favelas a possuírem tanta violência, sendo eles tanto pela desigualdade social quanto pela parte econômica. Por fim, o Compaz que tem por objetivo a inclusão de áreas carentes e o afastamento da criminalidade, através de serviços públicos, atividades culturais e esportivas.

3 APLICAÇÃO NO TEMA DELIMITADO

O presente capítulo busca expor as diretrizes as quais esses programas seguem segundo o estudo de caso do Rio de Janeiro – RJ, além de informações pertinentes para a análise do próximo capítulo. Assim, um embasamento sobre os programas Favela-Bairro e Morar Carioca, e como eles se comportam em relação à sociedade que os habitam. O capítulo foi construído através de referências bibliográficas.

Segundo Turley et al (2013), a urbanização das favelas se dá com a melhora do espaço físico, assim como, com a distribuição de água potável, saneamento básico, a coleta de lixo, energia elétrica, esgoto, ruas pavimentadas e iluminadas, além da importância de estratégias capazes de melhorarem o acesso à saúde, educação e a serviços sociais. A partir desses tópicos, os dados foram organizados da seguinte forma:

- Estudo de caso: se dá pelo estudo profundo de um ou mais objetos, que consista em um amplo e detalhado conhecimento (YIN, 2001). O estudo de caso detém de uma metodologia de aplicação prática para o conhecimento e a resolução de problemas sociais (BOAVENTURA, 2004).
- Documentos oficiais: Para Prodanov e Freitas (2013) leis se enquadram como documentos oficiais, sendo utilizados para o embasamento teórico nesta pesquisa.

Assim, a metodologia para o levantamento de dados dos programas Favela-Bairro e Morar Carioca implantados no Rio de Janeiro – RJ, partiu da verificação da infraestrutura ofertada aos moradores. Informações essas, que foram coletadas de autores e dados oficiais, utilizando-se do método estudo de caso.

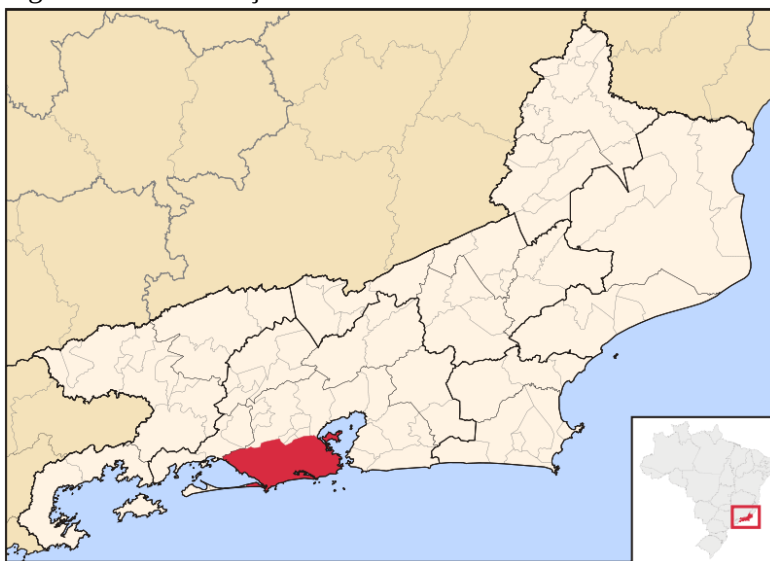
3.1 ESTUDO DE CASO: FAVELA BAIRRO E MORAR CARIOCA

Como cita Carvalho (2016), tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil, o maior sinal da pobreza urbana, são sem dúvida os lugares denominados de favelas, as quais, refere-se á áreas predominantemente residenciais, comumente ocupadas e construídas sem títulos fundiários, urbanísticos e registros, além de não possuírem nenhum ou quase nenhum auxílio profissional (engenheiros e arquitetos). Essas áreas são concebidas, normalmente, por trabalhadores carentes e são isentas de infraestrutura adequada. Em algumas cidades esses aglomerados

surgiram em lugares planos, em outras subiram os morros e ocuparam áreas acidentadas. Os aspectos dessas áreas contrastam fortemente com a paisagem das cidades, visto que, possuem ruas estreitas e labirínticas, casas pequenas e amontoadas. As favelas são marcas inconfundíveis da paisagem urbana.

Os programas sociais Favela Bairro e Morar Carioca são foco do estudo de caso correlacionados as favelas da cidade do Rio de Janeiro – RJ, como está demarcado na figura 30 no mapa.

Figura 30 – Localização da cidade Rio de Janeiro - RJ



Fonte: Skyscraper City, 2015

A favela não urbanizável, é compreendida como o espaço onde não é viável uma implantação de infraestrutura, onde a comunidade corre risco de morte ou ainda que não possui condições de qualidade de vida aos os moradores. Já a favela urbanizável é o oposto, apresenta área passível de infraestrutura e com qualidade de vida. As favelas precisam ser analisadas e entendidas conforme suas particularidades, cada uma com sua política pública necessária (SILVA, 2016).

Segundo um estudo técnico de Trelles (2016) e divulgado pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o município aprovou no Plano Diretor de 1992 o conceito de favela como:

“Art. 147 Para fins de aplicação do Plano Diretor Decenal, favela é a área predominantemente habitacional, caracterizada por **ocupação da terra por população de baixa renda**, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, **lotes de forma e tamanho irregular** e construções não licenciadas, em desconformidade com os **padrões legais**” (PLANO DIRETOR DE 1992, LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 04 DE JUNHO DE 1992).

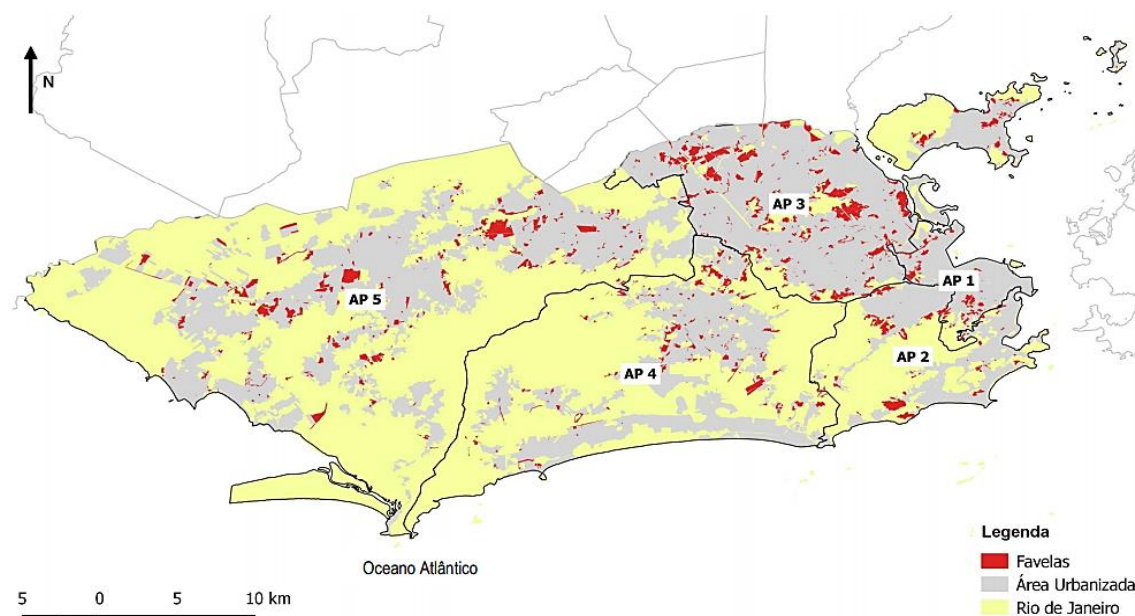
Já, depois de quase duas décadas, no ano de 2011, algumas alterações foram realizadas no segundo Plano Diretor, as quais são:

“Art. 234 § 3º Entende-se por favela a área predominantemente habitacional, caracterizada por **ocupação clandestina e de baixa renda**, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, **ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade** e construções não licenciadas, em desacordo com os **padrões legais vigentes**” (LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011).

Entretanto, a lei não menciona a respeito das densidades e habitabilidade, deixando claro apenas as características físicas das favelas, como as vias estreitas e irregular, além da baixa renda da população em questão (TRELLES, 2016).

A cidade do Rio de Janeiro possui um dos mais altos percentuais de população habitando em favelas: 22,03%, ou seja, mais de 1,4 milhões de moradores. Apesar de possuir grande parte da população habitando-as, as mesmas são regularmente relacionadas a áreas de caos, de carência, de precariedade e de perigo, além de ações que prejudicam a paz na cidade (PIMENTA, 2019).

Figura 31 – Localização das favelas na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Ximenes e Jaenisch, 2019.

As comunidades já passaram por inúmeras intervenções, tanto por ações dos moradores quanto por meio de projetos com o objetivo de remodelação do espaço urbano, criando assim transformações permanentes em suas paisagens urbanas (SILVA et al., 2009).

Como diz Ximenes e Jaenisch (2019), a cidade do Rio de Janeiro possui um histórico

de políticas em relação a urbanização e de melhorias voltadas para as favelas, processo esse que teve início da década de 80 com o fim do período de processos para a construção de conjuntos habitacionais. Ainda na década de 1980 foi criado o programa Projeto Mutirão e na década de 1990, no mandato de César Maia (1993-1997) foi fundado o Programa Favela-Bairro que visava obras de acessibilidade e saneamento, a construção de equipamentos comunitários e áreas de lazer em diversas favelas da cidade do Rio de Janeiro.

O programa teve sua ampliação no ano de 1997 quando passou a receber recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As gestões seguintes de Luiz Conde (1997-2000) e Cesar Maia (2001-2004 e 2005-2008) deram continuidade ao Programa Favela-Bairro, chegando a ser considerado destaque nacional nesse campo. No mandato de Eduardo Paes (2009-2012) foi substituído pelo Programa Morar Carioca, que propôs urbanizar as favelas do Rio de Janeiro até o ano de 2020. Foi então, a partir de 2007 que a cidade começou a receber recursos do Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o investimento na urbanização das favelas (XIMENES; JAENISCH, 2019).

As intervenções necessários feitas pelo programa vão desde inteirar a estrutura urbana, à aspectos importantes para modificar a favela em bairros por meio de elementos urbanos, estabelecer as favelas no planejamento urbano, inserir serviços sociais nas mesmas e proporcionar a regularização urbanística e o cadastramento dos títulos de propriedade (SOUZA, 2012).

3.1.1 Favela Bairro

A primeira gestão do prefeito César Maia (1993-1997) na Prefeitura do Rio de Janeiro deu abertura para a criação do primeiro plano estratégico da cidade, sob orientação do urbanista catalão Jordi Borja. O Programa Favela-Bairro ganhou destaque no âmbito de políticas habitacionais. No ano de 1994, foi fundada a Secretaria Municipal de Habitação (SMH), sob responsabilidade do arquiteto e urbanista Luiz Paulo Conde e futuro prefeito dos anos de 1997 à 2000. A secretaria reuniu técnicos com experiência em trabalhos com favelas e loteamentos clandestinos, outro responsável também foi o arquiteto Sérgio Magalhães. Seu início se deu através de um concurso sob a organização do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Tinha como objetivo a melhoria da acessibilidade, do saneamento, dos espaços de lazer e dos equipamentos públicos, além de regularizar e integrar aos bairros (XIMENES; JAENISCH, 2019).

A implantação do Programa realizou-se em etapas, sendo Favela-Bairro I (1994-2000) e Favela-Bairro II (2000-2007) sucessivamente. A terceira etapa do programa foi substituído

pelo programa Morar Carioca (2010-2016), porém a quarta etapa pretendia retomar o programa inicial (2017-2020). Dada a amplitude dos objetivos requeridos, por depender de muitos parceiros e beneficiários, o Programa expõe diversos pontos positivos e também deficiências, que sucedem devido ao planejamento de sua implantação (LOBATO et al., 2003).

A etapa I beneficiou 54 favelas e 8 loteamentos do Rio de Janeiro, atingindo 262 mil habitantes e custou em torno de US\$ 326 milhões, sendo que desses, US\$ 180 milhões vieram de financiamento pelo BID e o restante provido da Prefeitura. As ações iniciais abrangiam obras de infraestrutura e de saneamento. Entretanto, posteriormente, surgiu a necessidade de agregar intervenções urbanísticas com as de caráter social. Na etapa II, foram urbanizadas 64 favelas e 24 loteamentos (LOBATO et al., 2003).

Dentre os objetivos já citados, o Favela-Bairro procurava estruturar rede de água e de esgoto, canalizar canais, abrir vias de acesso, a instalação de serviços públicos municipais necessários para os moradores, podendo citar postos de saúde e creches. Para a execução proposta pelo programa foi fundada a Secretaria de Habitação, que continha um Plano estratégico da Cidade, que buscava o reconhecimento da população que dispunha de esforços para construção de suas moradias (BARREIRA; BOTELHO, 2008).

O Programa recebeu duras críticas durante os anos, porém, em relação à infraestrutura, as favelas beneficiadas encontram-se melhor em comparação às que não receberam intervenção. Entretanto, não houve avanço na situação econômica dos moradores, devido a presença do tráfico de drogas que criou barreiras para o mercado imobiliário nas favelas. Porém, as infraestruturas implantadas nessas favelas foram realizadas com materiais de baixa qualidade e a manutenção que deveria ocorrer atuou de forma precária. Devido a grande demanda de pedidos por novas obras dos moradores, pelo crescimento da violência no espaço urbano, a melhoria da economia carioca e os futuros grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o poder público cria então em 2010, o Programa Morar Carioca (GOMES, 2013).

3.1.2 Morar Carioca

No ano de 2010, o programa Favela-Bairro foi substituído e a Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro estreou o Programa de Integração de Assentamentos Precários Informais, conhecido como Morar Carioca, com objetivo principal de urbanizar até o ano de 2020 todas as favelas da cidade. Foi tido com um dos principais legados sociais dos Jogos Olímpicos de 2016 (LEITÃO; DELECAVE, 2013).

A divulgação do novo programa veio acompanhado do lançamento de um concurso público em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), com domínio em urbanização de favelas e liderados por arquitetos urbanistas. Inicialmente foram inscritos 86 escritórios, após o concurso homologado apenas 40 escritórios foram qualificados para o processo nas favelas de urbanização (LEITÃO; DELECAVE, 2011).

O concurso em questão, foi na verdade a segunda fase do programa, planejando a urbanização de 218 assentamentos precários entre os anos de 2012 e 2016. Segundo uma apuração feita no ano de 2015 pelo Vozerio, dos 40 vencedores do concurso, o IAB afirmou que 10 foram contrados, já a Secretaria Municipal de Habitação afirma que 18 tiveram contrato firmado. Profissionais associados ao programa revelaram um investimento apenas em obras de infraestrutura e deixando de lado as iniciativas para o desenvolvimento do local. Foram ações do programa com uma intervenção de curta qualificação e sem efetivo (MENESES, 2015).

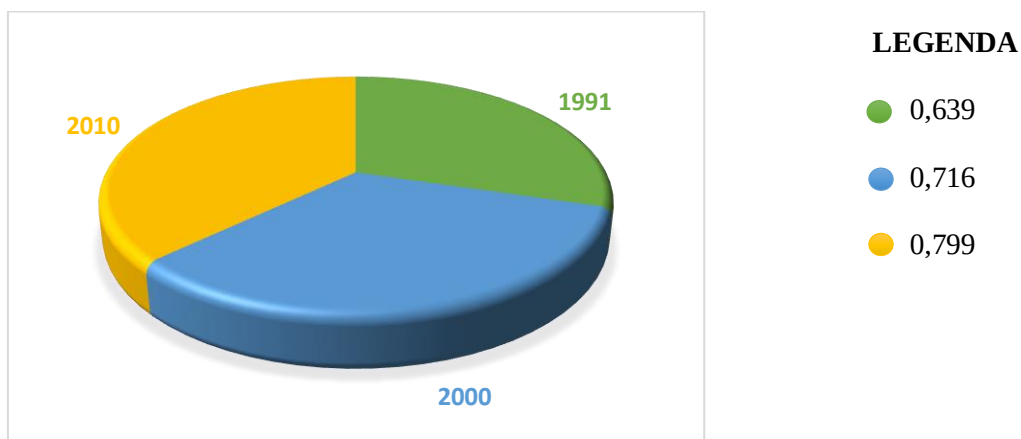
O Morar Carioca busca ainda, descansar o tecido urbano nas favelas, construindo conjuntos habitacionais verticalizados nos vazios onde habitações existiam. A urbanização que foi proposta, previa a remoção e reassentamento das famílias, o que intervém de forma negativa na vida dos moradores, incluindo ainda, na diminuição as relações com vizinhos, importante no processo social entre as famílias mais pobres. Porém, a cidade entrou em uma remoção de favelas e de expulsão dos pobres moradores para áreas periféricas, pretendia reduzir 5% do espaço das favelas. O processo de definição de risco não foi amplamente discutido com os moradores, foi uma escolha do poder público quais as moradias precárias nas favelas, não são dados técnicos (GOMES, 2013).

3.2 ESTATÍSTICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RJ

Segundo o último censo do IBGE em 2010, a cidade do Rio de Janeiro possui 763 unidades de aglomerados subnormais, sendo 1.393.314 pessoas e o índice de pobreza da cidade no ano de 2003 era de 23,85% em relação aos outros municípios. Foram levantados os seguintes dados e organizados em gráficos, verificando assim as mudanças que a cidade teve no decorrer dos anos e no período de implantação dos programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca.

O gráfico 1 apresenta os Índices de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro, é possível ver que ao passar dos anos o índice teve um aumento de 0,639 para 0,799, segundo o último levantamento de 2010.

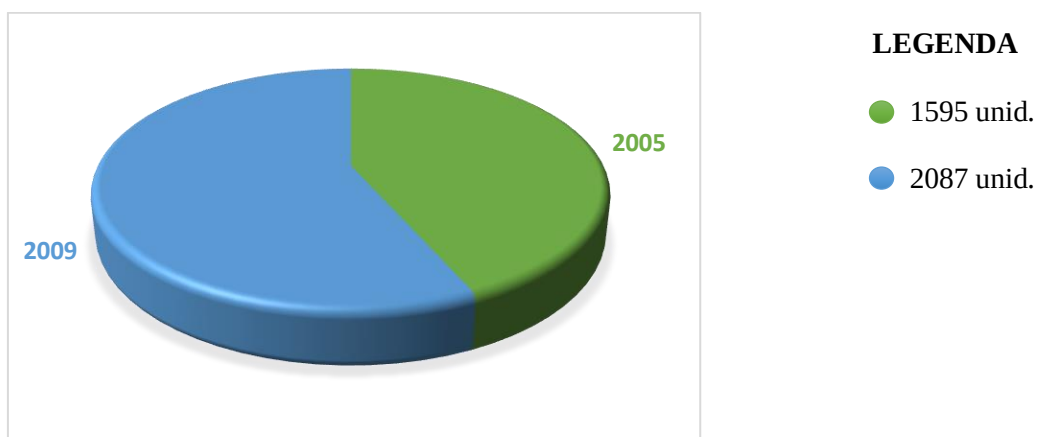
Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017). Organizado pela autora (2020).

Já o gráfico 2, apresenta o crescimento dos estabelecimentos de saúde na cidade. No ano de 2005, eram 1595 unidades e no ano de 2009 cresceram para 2087 unidades de saúde.

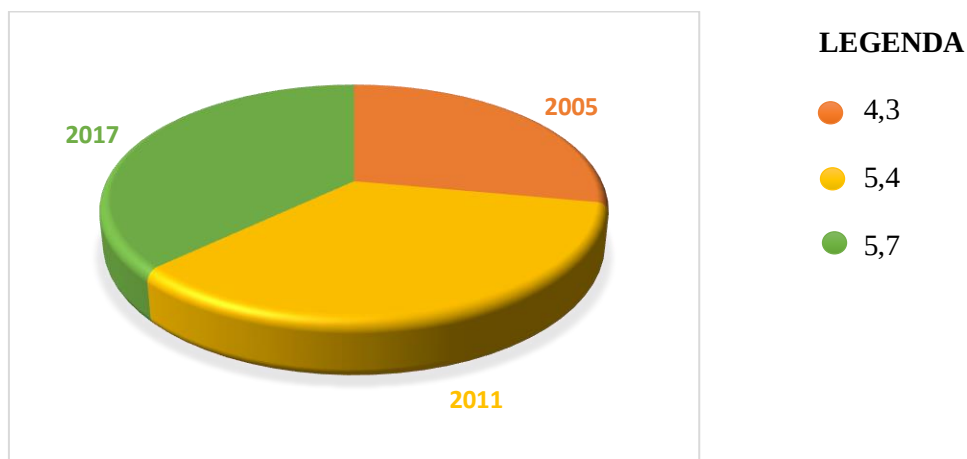
Gráfico 2 – Estabelecimentos de Saúde (Unidades)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017). Organizado pela autora (2020)

O terceiro gráfico, mostra o índice de desenvolvimento da Educação Básica nos anos iniciais de ensino em 3 diferentes anos, no ano de 2005 era um total de 4,3, em 2011 chegou à 5,4 e o último dado foi de 2017 com 5,7.

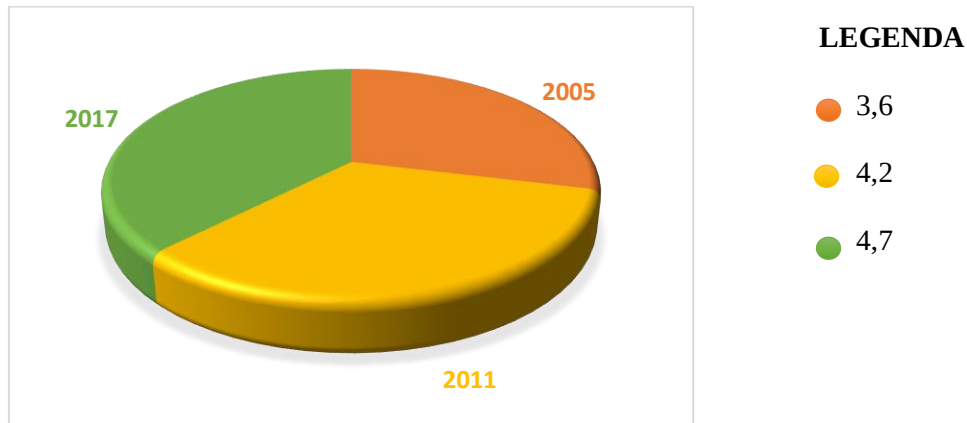
Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Anos iniciais)



Fonte: IBGE, 2017 – organizado pela autora (2020).

Por fim, o gráfico 4 também apresenta os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, porém esse exibe os dados da frequência nos anos finais do ensino. No ano de 2005 era 3,6, em 2011 um percentual de 4,2 e o último ano analisado 2017, um total de 4,7.

Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Anos finais)



Fonte: IBGE, 2017 – organizado pela autora (2020)

Em relação à taxa de violência e homicídios da cidade, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) trás dados colhidos no ano de 2017, classificando a evolução dos homicídios pelo tamanho da população de cada município, sendo separados em 3 categorias: pequenos (até 100 mil habitantes); médios (entre 100 mil e 500 mil habitantes); e grandes (acima de 500 mil habitantes). Conforme pode ser visto na figura 32, notou-se que quanto maior o município maior é a taxa de homicídios, porém nos últimos anos, as cidades menores cresceram em taxas de homicídios, enquanto os maiores tiveram uma redução. Entre 1997 e 2017, os municípios pequenos cresceram 113,0%, os médios 12,5 e os grandes tiveram uma

redução de 4,5% (IPEA, 2019).

Figura 32 – Taxa de homicídios no município do Rio de Janeiro (1997 – 2017)

Taxa estimada de homicídios por município, segundo o tamanho populacional (1997-2017)							
Grupo de municípios	Tamanho populacional	Taxa média estimada de homicídios (1997)	Taxa média estimada de homicídios (2007)	Taxa média estimada de homicídios (2017)	Variação (%) 1997-2017	Variação (%) 1997-2007	Variação (%) 2007-2017
Pequenos	Menos de 100 mil habitantes	11,9	16,8	25,4	113,0	40,6	51,5
Médios	Entre 100 mil e 500 mil habitantes	32,9	32,4	37,1	12,5	-1,7	14,5
Grandes	Mais de 500 mil habitantes	43,1	39,8	41,1	-4,5	-7,7	3,4

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2019). Organizado pela autora (2020)

Quando analisado de forma focal para a cidade do Rio de Janeiro nota-se conforme o figura 33 que entre os anos de 2007 e 2017 a taxa estimada de homicídios passa de 63,8 para 35,6, confirmando a redução esperada de acordo com o que foi exposto anteriormente na figura ‘X’, um vez que a cidade se caracteriza como de grande porte.

Figura 33 – Taxa estimada de homicídios da cidade do Rio de Janeiro (2007 - 2017)

UF	Capital	Taxa estimada de homicídios											Variação %		
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
RJ	Rio de Janeiro	63,8	50,9	50,5	37,9	35,2	31,5	30,7	26,7	27,7	33,4	35,6	-44,1	12,9	6,7

Fonte: Ipea 2019, organizado pela autora (2020)

Foi possível constatar nos gráficos, que com o passar dos anos o desenvolvimento da cidade é notório, tanto na área da saúde quanto na educação. Que as cidades com maiores números de habitantes, tiveram redução na criminalidade e homicídios, diferente das cidades menores que houve um aumento.

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Verificou-se neste capítulo, que a cidade do Rio de Janeiro passou por transformações ao longo das décadas em virtude do crescimento urbano acelerado, seu Plano Diretor passou por revisões para melhor atender as necessidades da cidade, que conta com alto índice de população vivendo em favelas. Os Programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca tinham o objetivo de estruturar rede de água e de esgoto, canalizar canais, abrir vias de acesso, a instalação de serviços públicos municipais. Porém, sofreram dificuldades no decorrer do processo, o Programa Favela-Bairro sofreu com a falta de manutenção e baixa qualidade nos materiais investidos, já o Programa Morar Carioca sofreu com a remoção de moradias precárias nas favelas sem a opinião pública dos moradores.

4 ANÁLISE DA APLICAÇÃO

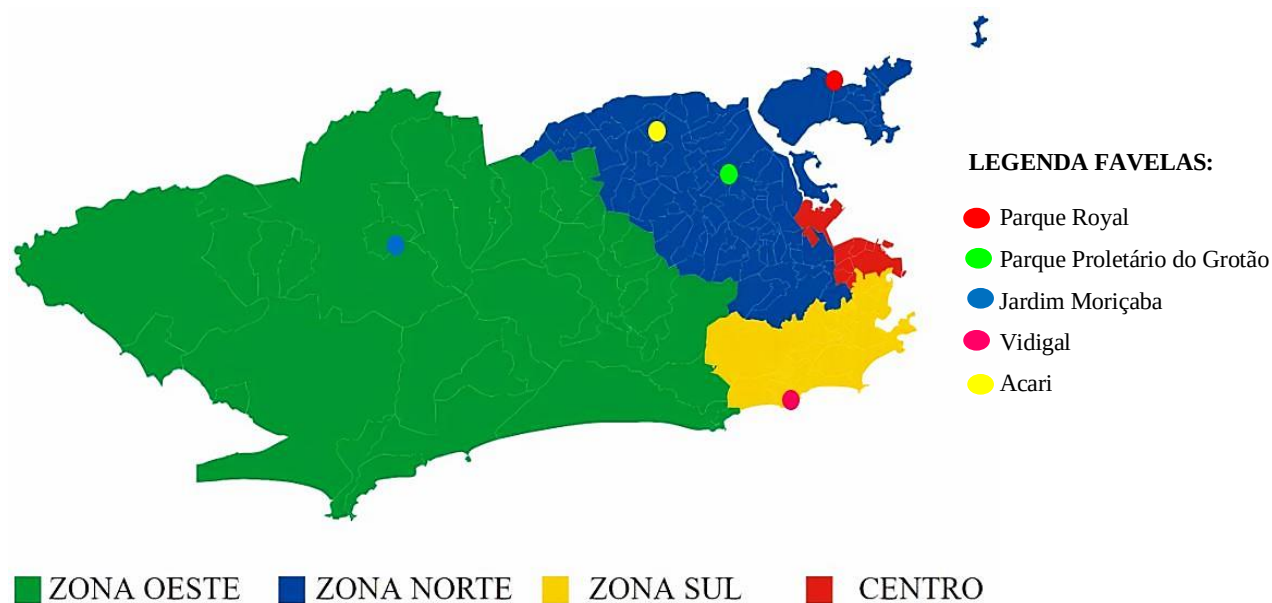
No presente capítulo serão apresentadas comunidades da cidade do Rio de Janeiro beneficiadas com o Programa Favela-Bairro e Morar Carioca, com intuito de responder o problema levantado nesta pesquisa que é: Como a falta de urbanização em áreas periféricas afetam a infraestrutura básica, elevando os índices de segregação?

As 05 (cinco) comunidades escolhidas para o estudo de caso em cada um dos 2 Programas sociais, se deu devido as suas histórias e expectativas dessas favelas, localizadas em diferentes zonas do município, sendo eles no Programa Favela-Bairro: Parque Royal, Parque Proletário do Grotão, Jardim Moricaba, Vidigal e Acari. As 05 (cinco) comunidades selecionadas do Morar Carioca foram: Nova Brasília, Parque Oswaldo Cruz, Morro da Providência, Borel e Morro do Barão.

A primeira escolhida do Programa Favela-Bairro foi o Parque Royal, que se encontra em um dos mais movimentados centros de atividades e de negócios da Ilha do Governador, possui demanda de serviços e empregos para a comunidade. O Parque Proletário do Grotão por exemplo, se localiza onde funcionava uma pedreira até os anos de 1969 e sua ocupação se deu por pessoas oriundas de outras favelas com o auxílio de padres.

O Jardim Moricaba foi formado por pessoas oriundas de áreas rurais do interior do estado, um exemplo da urbanização. O morro do Vidigal é marcado por uma história de resistência em relação as tentativas de sua remoção, pois sua localização é privilegiada e faz parte de uma área nobre da cidade. Por fim, a Favela de Acari que se destacava como a área com o menor Índice de Desenvolvimento Humano da cidade de Rio de Janeiro. As comunidades descritas do Favela-Bairro estão demarcadas conforme figura 34.

Figura 34. Mapa do Favela-Bairro na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Wikivoyage, 2013. Organizado pela autora, 2020.

Primeiramente será apresentada a metodologia utilizada, em seguida uma comparação entre o antes e depois das comunidades que apresentam o Programa Favela-Bairro e o Morar Carioca, e na sequência uma análise individual de cada comunidade.

4.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

A população excluída das cidades, são forçadas a se abrigarem em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, sendo essas áreas próximas a rios e córregos, áreas verdes e de proteção ou ainda florestas e os mangues. Ações essas que trazem risco a integridade dos moradores, causam danos ao ambiente e a qualidade de vida da cidade (DENALDI, 2003).

As favelas, possuindo ou não intervenções, se estabeleceram como uma área constante de moradias. A intervenção mais conhecida e praticada nessas áreas são as urbanizações ordenadas pelos municípios. A urbanização passou a fazer parte da política municipal de habitação na década de 1980, tornando-se a solução municipal para os conjuntos de favelas na cidade. Na década posterior, ocorre o desenvolvimento e a propagação dos programas de urbanizações (DENALDI, 2003).

A experiência juntamente com o conhecimento adquirido em torno dos programas de urbanizações, aprimoraram essas intervenções nas favelas. Porém, nem sempre tiveram uma qualidade satisfatória, na prática falta qualidade nos projetos, além de não serem concluídos

integralmente para a recuperação ambiental e urbanística (DENALDI; FERRARA, 2018).

A pauta metodológica desta pesquisa se dá pelo estudo de caso, se trata de um estudo profundo de um ou mais objetos, que consista em um amplo e detalhado conhecimento, porém não necessita de uma interpretação completa já que seu objetivo é estruturar discussões e debates acerca do assunto (YIN, 2001). O estudo de caso detém de uma metodologia de aplicação prática para o conhecimento e a resolução de problemas sociais (BOAVENTURA, 2004).

Segundo Gil (1994) as pesquisas, podem ser classificadas em três categorias: exploratória, explicativa e descritiva. A pesquisa utilizada dentro do método de estudo de caso, foi a pesquisa descritiva, que tem como objetivo descrever determinada população ou fenômeno.

A partir disto, a presente coleta de dados foi organizada da seguinte forma: definição do problema, delineamento da pesquisa, coleta de dados, análise de dados e apresentação dos resultados (YIN, 2001).

- Definição do problema: Escolha do tema, ao qual a pesquisa se desenvolveu. Este sendo: Como a falta de urbanização em áreas periféricas afetam a infraestrutura básica, elevando os índices de segregação?
- Delineamento da pesquisa: Tipo da pesquisa a ser analisada. No caso desta, foi realizado um estudo de caso.
- Coleta de dados: Obtenção de dados de forma que garanta a qualidade dos resultados obtidos e passível de conferência do estudo.
- Análise de dados: Análise e a interpretação dos dados obtidos.
- Apresentação dos resultados: Resultado dos dados analisados.

O quadro comparativo entre o antes e depois da inserção do Programa Favela-Bairro foi elabora com base no levantamento de dados sobre as comunidades definidas.

4.2 COMUNIDADES BENEFICIADAS COM O FAVELA-BAIRRO ANTES *versus* DEPOIS

O programa Favela-Bairro, foi aprovado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e idealizado pelo Luiz Paulo Conde, arquiteto e na época Secretário Municipal de Urbanismo e

coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação com a ajuda da COMLURB, a companhia de coleta de lixo municipal e da CEDAE, companhia de água do estado. O projeto proposto trazia melhorias na infraestrutura, nos serviços sociais, na regulamentação imobiliária e a construção de uma creche em cada favela urbanizada. O programa tinha os espaços públicos como prioridade (NASSIF, 2013).

O Favela-Bairro serviu de inspiração para projetos em outros países, como na Colômbia, Guatemala, Venezuela e em El Salvador. O programa tinha no início um orçamento de R\$ 8 milhões para atender apenas 15 favelas, mas atingiu um orçamento de mais de R\$ 1 bilhão de investimento, beneficiando um total de 155 comunidades (BARATTO, 2019).

Tabela 1: Dados antes *versus* depois do Programa Favela-Bairro

	COMUNIDADES	ANTES	DEPOIS
1	PARQUE ROYAL	- Ausência de atividade comercial; - Famílias em áreas de riscos; - Deficiências nas infraestruturas urbanas e comunitárias.	- Oportunidades dos moradores em cooperativas; - Implantação de redes de água, esgoto e Drenagem; - Serviços de limpeza urbana e de recolhimento de lixo; - Iluminação pública e reflorestamento.
2	PARQUE PROLETÁRIO DO GROTÃO	- Áreas de encosta com menor grau de infraestrutura; - Violência foi um fator limitante	- Complementação de infraestrutura, equipamentos sociais; - Contenção de encostas;
3	JARDIM MORIÇABA	- Falta de infraestrutura urbana e comunitária; - Residências precárias; - Inundações.	- Creche comunitária; - Áreas de convívio e lazer; - Unidades habitacionais para os moradores; - Obras de pavimentação; - Melhoria abastecimento de água;
4	VIDIGAL	- Falta de infraestrutura urbana e comunitária;	- Creche - Posto de saúde - Locais de eventos culturais; - Área ecológica; - Reformulação de ponto de ônibus;
5	ACARI	- Falta de infraestrutura urbana e comunitária;	- Pavimentação de vias; - Instalação de canos de esgoto e reforço de canais de drenagem; - Instalação de bueiros; - Infraestrutura de saneamento.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

4.2.1 Parque Royal

A favela Parque Royal está localizada (Figura 35) na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na Ilha do Governador. A primeira ocupação é datada do ano de 1973 e até o ano de 2019 ocupava uma área de 7,1 hectares, possuindo 1.063 domicílios e uma população de 3.304 moradores (KROFF; LEITÃO, 2019).

Figura 35: Localização da Favela Parque Royal



Fonte: Sabren, 2018.

A Favela Parque Royal foi uma das primeiras a receber as obras e investimentos do Programa Favela Bairro, no ano de 1993. Recebeu novos habitantes com a crescente oferta de unidades habitacionais e comerciais para locação e venda. Pode ser visto também, o crescimento de estabelecimentos comerciais próprios, como mercadinhos, cabeleireiros, bares e restaurantes. Porém, a violência e a insegurança são uns dos problemas encontrados, sendo fatores inibidores de moradias. A escassez de infraestrutura, sobrecarregada pelas expansões das construções e adensamento, é um problema para as condições de moradia e serviços públicos (FONSECA, 2018).

O sistema de ruas não era eficiente, pois os carros não tinham acesso, além de não serem interligadas. O projeto trouxe o objetivo de tornar as mesmas eficazes e com saídas para que os

serviços pudessem se locomover e claro, serem conectadas umas às outras. A diretriz principal do Programa em relação ao Parque Royal tinha como objetivo integrar a favela ao bairro do entorno, o projeto de urbanização da comunidade previa a implantação de “pontos de contato” entre moradores (KROFF; LEITÃO, 2019).

Os equipamentos comunitários implantados (Figura 36) foram: (1) Centro profissionalizante; (2) Edifício de relocação habitacional com comércio; (3) Praça do antigo campo de futebol; (4) Associação de Moradores; (5) Mirante Beira-Mar; (6) Ciclovia; (7) Edifício de relocação habitacional; (8) Creche; (9) Campo Novo. Mantiveram-se ainda lojas comerciais e de serviços como, borracheiro, cabeleireiro, venda de bebidas, de material de construção, farmácia, lanchonetes, igrejas, tornando possível os pontos de contato (KROFF; LEITÃO, 2019).

Figura 36 – Planta urbanização do escritório Archi 5 - Arquitetos Associados



Fonte: Moreira, 2015. Mapa organizado pela autora, 2020.

A melhoria da qualidade de vida da comunidade através do programa foi reconhecida pelos moradores, não tendo mais palafitas, as vias foram pavimentadas e a regularização do abastecimento de água, assim como o esgotamento sanitário. Porém, a falta de manutenção regular, pelo poder público municipal nas obras implantadas pelo Favela-Bairro é alvo de críticas locais. Outro impacto após as intervenções foi o crescimento de moradores, atraídos pelas melhorias e pelo valor dos aluguéis de imóveis (KROFF; LEITÃO, 2019).

4.2.2 Parque Proletário do Grotão

O Parque Proletário do Grotão (Figura 37), está localizado numa das encostas do maciço do Caricó, no bairro da Penha. Juntamente com as favelas Caixa D'Água, Paz, Fé, Sereno e Caracol formam o complexo do Caracol. Em 1979, pessoas oriundas de favelas da região ocuparam o local, com o auxílio de padres, após a falência de uma empresa de pedreira que funcionava no local. O processo de ocupação da região onde está a favela, teve três momentos distintos (PEREIRA, 2008).

Figura 37: Localização Parque Proletário do Grotão



Fonte: Sabren. 2018

A primeira ocupação se restringiu a parte baixa onde estavam localizadas as instalações da empresa falida, sendo nessa área que o Programa Favela-Bairro realizou grande parte da intervenção e implantou os equipamentos urbanos (PEREIRA, 2008).

O segundo momento de ocupação ocorreu quando as partes médias e altas da favela foram então ocupadas. Áreas de risco foram ocupadas sendo futuramente desapropriadas pelo programa, indenizando os moradores. O terceiro momento ocorreu após o programa, com a ocupação horizontal da encosta (PEREIRA, 2008).

A ocupação da região assim como das favelas em geral, acontece pela exclusão de grupos que são contraditórios aos padrões dos grupos das capitais. Porém, a formação das favelas ocorre também pela busca por uma melhoria de vida, ou seja, são pessoas que viviam

em lugares mais precários e buscam com sacrifício novas moradias em uma luta coletiva com a comunidade (CUNHA, 1995).

O Programa Favela-Bairro concentrou seus esforços na implantação de equipamentos urbanos (Figura 38) na parte baixa da comunidade, privilegiando mais essa área em relação as outras mais precárias, reforçando uma desigualdade no interior da favela (PEREIRA, 2008).

Figura 38: Praça e Quadra no Parque Grotão



Fonte: Pereira, 2008.

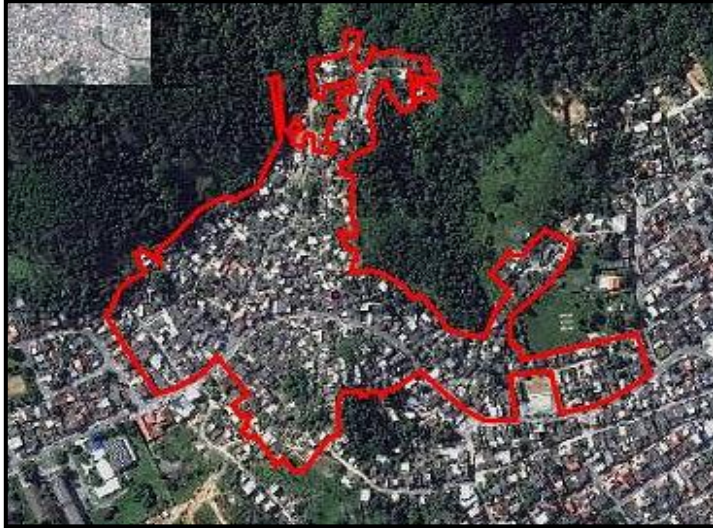
A principal melhoria apresentada pelos moradores foram as pavimentações. Porém, não houve participação significativa da comunidade, principalmente devido à intervenção do tráfico de droga. Grande parte das críticas são voltadas a qualidade das obras e a falta de ações na área social, na geração de renda e na regularização fundiária, que eram promessas do programa. Acessibilidade seguiu precária, novamente por intervenção do tráfico, ou seja, qualquer política que vise integrar a favela é necessária combater a ação do tráfico e garantir a presença do Estado (PEREIRA, 2008). O Programa Favela-Bairro não atua nas causas do processo de favelização.

4.2.3 Jardim Moricaba (Senador Vasconcelos)

A comunidade de Jardim Moricaba compreende uma área de 105 mil metros quadrados. Ela está localizada (Figura 39) no bairro de Senador Vasconcellos, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Surgiu em meados de 1920, com a chegada de moradores de áreas rurais do estado, sendo no ano de 1947 a ocupação maior. Até o ano de 1971, o acesso á comunidades era feito por terra batida ou em meio a plantações, eram inexistentes as redes de esgoto, energia e abastecimento de água (COUTINHO JUNIOR, 2008). O crescimento da comunidade foi deixando os moradores longe dos pequenos serviços. A água sempre foi um problema para a

população, na década de 80 um “bicão” foi instalado na Estrada Morićaba, a água era usada somente para beber. A água para serviços domésticos era retirada de poços e de minas (SABREN, 2000).

Figura 39: Localização da Favela Jardim Morićaba



Fonte: Sabren, 2018.

Para esta comunidade a Prefeitura destinou R\$ 621.772.201 milhões de reais, as obras foram iniciadas em 1999, parando em 2000 devido à falência da empreiteira e retomando em 2003. A rede de saneamento básico foi concluída na comunidade e a instalação de uma rede de tratamento e elevatória de esgoto, canalização do Rio Cabuçu Mirim e a construção de uma caixa d'água para parte da comunidade (Figura 40). Construção de uma creche comunitária, Áreas de convívio e lazer como praças e quadras poliesportivas, além de unidades habitacionais construídas na favela (COUTINHO JUNIOR, 2008).

Figura 40: Intervenção em valão do Jardim Morićaba



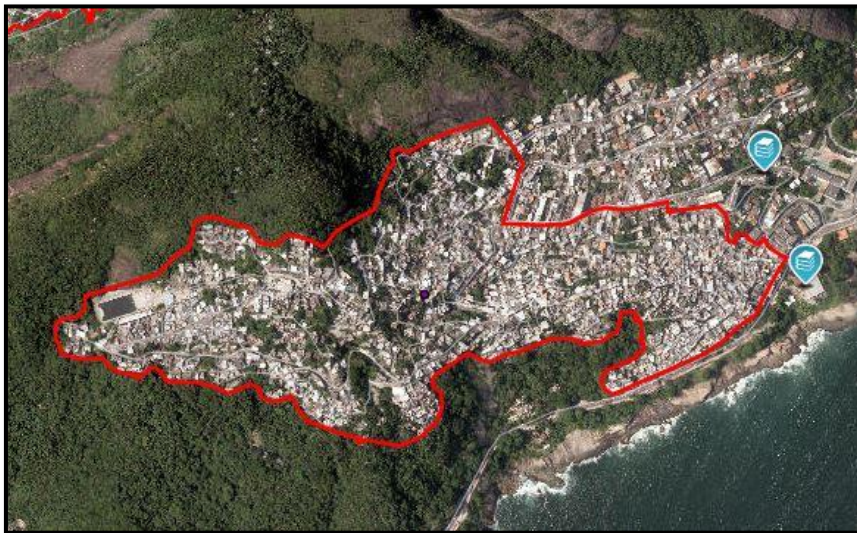
Fonte: Coutinho Junior, 2008.

Segundo moradores houve pontos positivos e negativos com a implementação do programa Favela-Bairro, como ponto positivo as obras pavimentação, melhoria no abastecimento de água, a rede de saneamento básico, a construção da creche, quadra e praça, o fim de enchentes, porém, há quem diga que nada melhorou com as intervenções (COUTINHO JUNIOR, 2008).

4.2.4 Vidigal

Na década de 1940, alguns barracos começaram a se instalar na parte baixa da Av. Niemeyer, em poucos anos essas ocupações começaram a subir morro a cima, iniciando a consolidação de uma favela. Apenas a partir de 1950 as ocupações no Morro do Vidigal começaram a se expandir. No ano de 1958 os moradores enfrentaram a primeira tentativa de remoção, não sendo concretizada. Em 1977, o governo quis remover a favela, alguns moradores aceitaram serem removidos para o Conjunto Habitacional de Antares em Santa Cruz. Os que ficaram, começaram uma campanha para fazer melhoria nas condições da favela. A comunidade encontra-se aos pés do Morro Dois Irmãos (Figura 41) (LACERDA, 2016).

Figura 41: Localização da favela Vidigal



Fonte: Sabren, 2018.

O programa Favela-Bairro pretendia melhorias em infraestruturas, serviços públicos e regulamentação urbanística, o espaço público era alvo central de intervenções. Em 1990, os domicílios no Vidigal, menos de 20% possuía esgoto e 60% não tinha água encanada. O Vidigal entra no programa Favela-Bairro já na primeira fase, tendo sido criado e executado entre 1996

e 1998. O escritório responsável pela elaboração projeto foi o Atelier Metropolitano, com a coordenação do arquiteto Jorge Mario Jauregui.

A intervenção do Favela-Bairro no Vidigal seguiu as diretrizes do programa, trazendo melhoramentos, a infraestrutura e equipamentos públicos. Após o fim das obras do Favela-Bairro, em 1990, a favela do Vidigal não esteve em novos projetos de urbanização e de regularização fundiária (LACERDA, 2016).

4.2.5 Acari

A ocupação do Parque Acari iniciou no ano de 1940 (Figura 42). Mas apenas na década de 70, os moradores se organizaram para legalizar a ocupação da comunidade. Em 1981 ganhou uma associação de moradores. O processo de ocupação do Parque Acari foi de forma ordenada, a construção das casas alinhadas. Os jovens da comunidade possuem acesso a cursos profissionalizantes, atividades esportivas e sócio recreativas (SABREN, 2018)

Figura 42: Localização da Favela Acari



Fonte: Sabren, 2018.

Apesar da escassez, segundo o Programa Favela-Bairro, de espaços construídos para o lazer em Acari, as ruas e lajes das residências tinham uma representação importante para os moradores em relação a essa função. As crianças, nelas podiam serem vistas brincando de rodar pião, jogar futebol e soltar pipa (FREIRE, 2008).

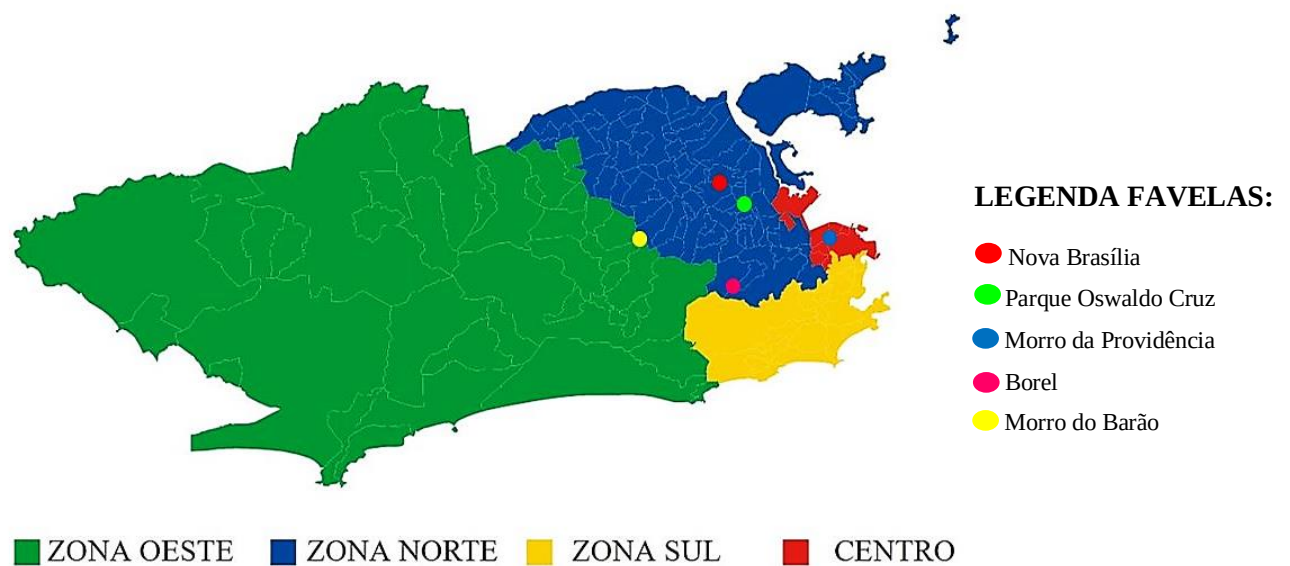
O programa Favela-Bairro proporcionou títulos de propriedade e endereços para muitos

moradores das favelas, além da instalação da infraestrutura urbana (BAUCCELLS, 2014).

4.3 COMUNIDADES BENEFICIADAS COM O MORAR CARIOCA ANTES *versus* DEPOIS

As 05 (cinco) comunidades escolhidas para estudo de caso do Programa Morar carioca, seguem o conceito de áreas que hoje possuem grande visibilidade na cidade do Rio de Janeiro.

Figura 43. Mapa do Morar Carioca na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Wikivoyage, 2013. Organizado pela autora, 2020.

O Programa Morar Carioca, foi lançado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2010 e tinha como objetivo abordar as intervenções urbanas nos assentamentos precários informais. As diretrizes propostas pela Secretaria Municipal de Habitação, incluíam sustentabilidade ambiental, moradia saudável e o desenvolvimento das acessibilidades (LEITÃO; DELECAVE, 2011).

A Tabela 2, apresenta as melhorias intervindas nas favelas de Nova Brasília, Parque Oswaldo Cruz, Morro da Providência, Borel e Morro do Barão.

Tabela 2: Dados antes *versus* depois do Programa Morar Carioca

	COMUNIDADES	ANTES	DEPOIS
1	NOVA BRASÍLIA (COMPLEXO DO ALEMÃO)	- Falta de infraestrutura urbana adequada	- Redes de água - Rede de esgoto - Pavimentação e abertura de novas ruas quadrados - Redes de drenagem - Contenção de encostas - Demolições - Praça do Terço - Urbanização de áreas
2	COMPLEXO DE MANGUINHOS — PARQUE OSWALDO CRUZ	- Falta de infraestrutura urbana - Falta de acessos viários	- Redes de água - Ligações domiciliares de água (1 reservatório de água elevado) - Rede de esgoto - Ligações de esgoto - Estações de tratamento: 2 - Pavimentação e abertura de novas ruas - Redes de drenagem - Iluminação pública - Praças: 8
3	MORRO DA PROVIDÊNCIA	- Falta de infraestrutura urbana - Habitações precárias - Defasagem de equipamentos comunitários	- Redes de água - Novas ligações de água - Rede de esgoto - Novas ligações de esgoto - Pavimentação e abertura de novas ruas - Redes de drenagem - Contenção de encostas - Praças - Unidades Habitacionais - Estações de Teleférico - Espaço de Desenvolvimento Infantil: 1 - Centro de Trabalho e Renda: 1
4	BOREL	- Falta de infraestrutura urbana adequada - Defasagem de equipamentos comunitários	- Novas Redes de água - Reservatório de água: 1 - Novas Redes de esgoto - Pavimentação e abertura de novas ruas - Redes de drenagem - Pontos de iluminação pública - Contenção de encosta em concreto projetado - Quadra Poliesportiva: 1 - Áreas de convivência: 5 - Preservação ambiental: plantio de 12 mil mudas para reflorestamento nas áreas de preservação ambiental

5	MORRO DO BARÃO	- Falta de infraestrutura urbana - Defasagem de equipamentos comunitários	- Redes de água; Rede de esgoto; Redes de drenagem - Novas ligações de água - Estação elevatória de água: 1 - Estação elevatória de esgoto: 1 - Pavimentação e abertura de novas ruas - Pontos de coleta de lixo - Pontos de iluminação pública - Contenções - Área de Lazer (Praças) - Espaço de Desenvolvimento Infantil 1 - Quadra: 1 - Ponto de Orientação Urbanística e Social: 1
---	----------------	--	---

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

4.3.1 Nova Brasília (Complexo do Alemão)

Teve seu início de ocupação de área no ano de 1942, onde era até então uma encosta desabitada. Algumas famílias abrigaram-se no local, edificando casas na favela na parte baixa. Durante 15 anos, o crescimento da favela foi considerado lento. No ano de 1957 eram 200 residências ocupadas aproximadamente. Em 1958 ganhou o nome de Nova Brasília e possuía 8899 moradores. A ocupação da parte alta, ocorreu a partir de 1966, recebendo novos moradores do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e norte fluminense. A imagem a baixo (Figura 44) mostra a delimitação da favela até o ano de 2018 (SABREN, 2018).

Figura 44: Delimitação da favela Nova Brasília no Complexo do Alemão



Fonte: Sabren, 2018

As intervenções realizadas pelo programa na favela Nova Brasília podem ser destacadas como, Redes de água de esgoto e de drenagem, a pavimentação e a abertura de novas ruas, facilitando o acesso dos moradores. A contenção das encostas se fez necessárias para a segurança dos moradores, além da construção de uma praça do conhecimento (Figura 45), com o objetivo de unir a comunidade (PREFEITURA DO RIO, 2015).

Figura 45: Antes e depois de áreas urbanizadas, na imagem a praça do conhecimento.



Fonte: Prefeitura do Rio, 2015

4.3.2 Complexo de Manguinhos — Parque Oswaldo Cruz

O primeiro registro de ocupação do local, é datado do ano de 1901, o local onde se localiza a favela (Figura 46) era um antigo pasto da Fundação Oswaldo Cruz. A localidade ficou inicialmente conhecida como morro do Amorim, nome esse do primeiro morador da região. Atualmente a maioria dos moradores são oriundos das regiões Norte e Nordeste, porém, encontra-se também cariocas e gaúchos (SABREN, 2006).

Figura 46: Delimitação da favela Parque Oswaldo Cruz no Complexo de Manguinhos



Fonte: Sabren, 2018

As intervenções vistas nessa favela se destacam na instalação de redes de água, de esgoto e da rede de drenagem. A abertura de novas ruas, manutenção e instalações de iluminação pública e a construção de praças (Figura 47) (PREFEITURA DO RIO, 2015).

Figura 47: Imagens da favela Parque Oswaldo Cruz



Fonte: Fernandes e Costa, 2009.

O Programa Morar Carioca investiu no Parque Oswaldo Cruz o montante de 19,6 milhões, com o intuito de beneficiar 5.548 pessoas em 1.232 residências. Destaque principal para a construção de um reservatório de água com a proposta de regularizar o abastecimento das moradias da comunidade, o que foi muito comemorado pelos moradores (SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO DO RIO, 2016).

4.3.3 Morro da Providência

A Comunidade do Morro da Providência se localiza no bairro da Gamboa (Figura 48). A ocupação do morro teve início no século XVII, quando ocorria a expansão da cidade do Rio de Janeiro também. No final do século XVIII ocorreu a política higienista, intensificando assim a ocupação do morro, essa política previa a remoção de áreas consideradas cortiços pela cidade, obrigando moradores a se abrigarem no Morro da Providência. No ano de 1968, foi fundada a Associação Pró-Melhoramentos da Favela do Morro da Providência com a proposta de melhorar a qualidade de vida dos moradores, melhorias essas feitas pelos próprios moradores (SABREN, 2003).

Figura 48: Delimitação da favela Morro da Providência na Gamboa



Fonte: Sabren, 2018

As intervenções realizadas (Figura 49) segundo o próprio Morar Carioca foram, a instalação de Redes de água, de esgoto, de drenagem. A pavimentação de ruas, a construção de praças, unidades habitacionais, estações de teleférico, creche e um centro de trabalho e renda para a comunidade (PREFEITURA DO RIO, 2015).

Figura 49: Intervenções no Morro da Providência



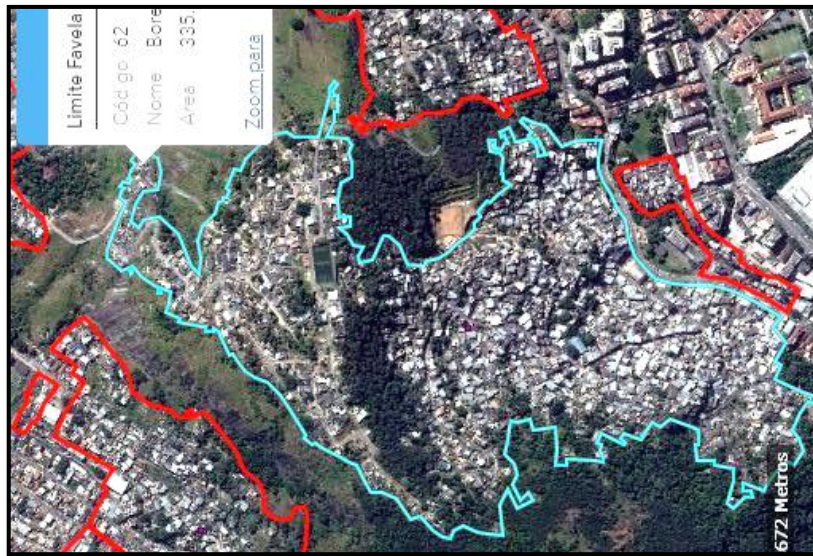
Fonte: Prefeitura do Rio, 2015

Foram investidos na comunidade R\$ 122,8 milhões, beneficiando cerca 4.094 moradores em 1.237 domicílios. Foram construídos um Espaço de Desenvolvimento Infantil, reformada uma escola municipal e renda e entregues 34 unidades habitacionais na Rua Nabuco de Freitas para famílias que foram reassentadas (PREFEITURA DO RIO, 2015).

4.3.4 Morro do Borel

A ocupação do morro do Borel se iniciou no ano de 1922, devido à crise habitacional que a cidade enfrentava na época. Antes do surgimento da favela, o local era uma área de extração madeireira particular, de propriedade da família francesa Puri Borel (SABREN, 1998).

Figura 50: Delimitação da favela Morro do Borel na Tijuca



Fonte: Sabren, 2018

As intervenções no Borel foram em redes de esgoto, água e de drenagem, além da construção de um reservatório de água. A pavimentação de ruas, que são as principais intervenções nas favelas, novos pontos de iluminação pública e a manutenção nos existentes. Contenção de encosta muito importantes nas áreas de morros e muitas áreas de convivência para os moradores. No Borel em especial, foram plantados cerca de 12 mil mudas para reflorestar as áreas de preservação ambiental (PREFEITURA DO RIO, 2015).

Figura 51: Intervenções no Morro do Borel



Fonte: Prefeitura do Rio, 2015

No Morro do Borel o Morar Carioca investiu R\$ 8,1 milhões em obras de urbanizações e infraestrutura e beneficiou 7.547 moradores em 2.165 domicílios.

4.3.5 Morro do Barão

O morro do Barão se localiza entre as Zonas Norte e Oeste do Rio e fica no bairro da Praça Seca. Sua ocupação começou em 1924, e na década de 60 trabalhadores de todo o país se moveram até o morro para a realização de uma obra da Cedae de abastecimento, após a obra os trabalhadores ficaram por ali e se apropriaram de lotes. A comunidade cresceu com a chegada de parentes dos moradores já instalados na área e com o passar dos anos a Associação de Moradores, essa fundada nos anos 70, melhorou a infraestrutura da comunidade implantando esgoto, rede elétrica, pavimentações e contenção de encostas (SABREN, 2003).

Figura 52: Delimitação da favela Morro do Barão



Fonte: Sabren, 2018.

A intervenções do Morar Carioca na comunidade foram as Redes de água; Rede de esgoto; Redes de drenagem. Estação elevatória de água e de esgoto, pavimentação e aberturas de novas ruas para os moradores e pontos de coleta de lixo da comunidade. Realizou manutenção e instalou novos pontos de iluminação pública, também áreas de lazeres, uma creche e uma quadra (PREFEITURA DE RIO, 2018).

Figura 53: Intervenções na comunidade Morro do Barão



Fonte: Prefeitura do Rio, 2015.

O Morar Carioca investiu R\$ 36,5 milhões na intervenção na comunidade. O programa também propunha melhor acessibilidade e a mobilidade na comunidade. O Morar Carioca se faz presente em todas as comunidades das regiões da cidade. Totalizando R\$ 2 bilhões investidos e chegando a cerca de 70 mil domicílios (PREFEITURA DO RIO, 2012).

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo, elencou em tabelas as favelas analisadas e então foi listado as intervenções propostas segundo as diretrizes do Favela-Bairro e o Morar Carioca. Foi possível identificar melhorias que aumentaram a qualidade de vida dos moradores, além de propor uma nova perspectiva de vida para as comunidades. São programas que trouxeram acessibilidade e mobilidade às pessoas, oportunidades de educação, emprego e lazer.

As propostas que os programas propuseram, são importantes para a vida dos moradores e trouxeram qualidade para os mesmos, porém não é o que todos os moradores alegam, para muitos os Programas agiram como o ditado “tampou o sol com a peneira”, apenas resolvendo os problemas momentaneamente. Chegam há dizer que após as obras intervindas, as manutenções necessárias que deveriam acontecer pelo poder público nas construções implantadas não ocorreram, além do uso de materiais de baixa qualidade nas obras.

5 CONSIDERAÇÕES

No que diz respeito aos Programas Favela-Bairro e Morar Carioca, a pesquisa primeiramente abordou as definições e os conceitos em relação ao planejamento urbano e a favelização no Brasil, posteriormente a idealização e os motivos para a criação desses projetos na cidade do Rio de Janeiro.

5.1 RESGATE DOS ELEMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa discorreu sobre o assunto arquitetura social com o tema: a importância da urbanização de áreas periféricas através de programas sociais introduzidos nas favelas do Rio de Janeiro. Justificou-se que a urbanização de favelas é democratizar o direito à cidade aos moradores dessas áreas, unir a estrutura urbana aos laços sociais, vinculando a história dos lugares, a construção e o esforço de cada cidadão. Esta pesquisa buscou responder à pergunta inicial de “Como a falta de urbanização em áreas periféricas afetam a infraestrutura básica, elevando os índices de segregação?”, a partir da qual busca-se confirmar ou refutar a hipótese de que “as favelas do Rio de Janeiro, receberam por muitos anos uma exclusão por parte dos governantes, comprometendo assim a infraestrutura adequada e necessária para essas áreas periféricas”.

Dessa maneira, a pesquisa realizada teve como objetivos específicos conceituar as definições necessárias, apresentar as abordagens, identificar o objetivo dos programas Favela-Bairro e Morar Carioca, elencar as áreas atingidas com os programas, identificar as intervenções destinadas à essas áreas e apresentar se os programas obtiveram sucesso. O estudo de caso desta pesquisa foram os programas sócias Favela-Bairro e Morar- Carioca.

No segundo capítulo foram expostos modelos e propostas de abordagens como a cidade de Medellín na Colômbia, a instalação das UPPs Sociais no Rio de Janeiro e os Compaz no Recife, além de seus conceitos e diretrizes. Abordagens que buscaram trazer dignidade as pessoas de áreas carentes e criminalizadas. Ideias que trouxeram o fortalecimento da cidadania, uma cultura de paz, prestações de serviços públicos e a qualificação profissional, além de principalmente os direitos e deveres dos cidadãos.

No terceiro capítulo foram levantados os dados necessários para embasar o capítulo. Foram utilizados os métodos de estudo de caso e documentos oficiais como referências para os programas sociais. Os Programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca tinham o objetivo de estruturar rede de água e de esgoto, canalizar canais, abrir vias de acesso, a instalação de serviços públicos municipais. Porém, sofreram dificuldades no decorrer do processo, o

Programa Favela-Bairro sofreu com a falta de manutenção e a baixa qualidade nos materiais investidos, já o Programa Morar Carioca sofreu com a remoção de moradias precárias nas favelas sem a opinião pública dos moradores, muitas vezes oprimidos pelos criminosos das comunidades.

O quarto capítulo de análise, elencou em tabelas as favelas analisadas e então foi listado as intervenções propostas segundo as diretrizes do Favela-Bairro e o Morar Carioca. Foi possível identificar melhorias que aumentaram a qualidade de vida dos moradores, além de propor uma nova perspectiva de vida para as comunidades. São programas que trouxeram acessibilidade e mobilidade às pessoas, oportunidades de educação, emprego e lazer.

5.2 RESPOSTAS AO PROBLEMA DE PESQUISA

No que se refere ao objetivo geral, com relação há análise dos programas sociais Favela-Bairro e Morar Carioca do Rio de Janeiro, disposto no subcapítulo 4.2, e que analisa os dados das intervenções, evidência que os programas lograram êxito em suas propostas de implementação de infraestrutura pública.

Observa-se que, após intensa pesquisa, as críticas oriundas de moradores são elevadas mesmo os programas terem revitalizados e urbanizados áreas de acesso público e infraestruturas para as residências. As reclamações são minoria e partem da premissa que a qualidade das realizações efetuadas são baixas.

Após todos os dados levantados, a hipótese inicial da pesquisa está comprovada, que por anos as áreas periféricas receberam uma exclusão por parte dos governantes, porém o resultado da pesquisa mostra também, que apartir dos anos 90, essas áreas tiveram de certo modo um reconhecimento na cidade, após muita luta para manter seus espaços, suas relações sociais e históricas.

Respondendo assim ao problema da pesquisa, a falta de urbanização interfere diretamente na vida das pessoas, seja pela falta de infraestrutura urbana ou comunitária, porém a segregação na cidade do Rio de Janeiro é histórica e ocorre estrategicamente pelos governantes, uma cidade criada para gerar capital em seu centro. Justamento ao que se refere o marco teórico, a pobreza e desigualdade social da cidade, segrega essa população nas favelas, intencionalmente.

Por mais que passe anos, as favelas sempre vão existir pois são áreas com baixa custo de vida, é compromisso do governo e governantes dignificarem essas pessoas para que essas comunidades tenham direito à moradia, lazer, à educação, transporte público e mobilidade

acessível à todos, não devem ser removidas para locais sem o mínimo desses serviços.

5.3 LIMITES DA PESQUISA

No decorrer desta pesquisa foi notada a importância de informações in loco, que possibilitassem a sensação de conhecer pessoalmente esses locais estudados. A possibilidade de entrevistas com moradores e imagens recentes dos espaços. Isso possibilita a continuação de uma futura pesquisa sobre o assunto, além de ajudar em próximas análises sobre o assunto.

5.4 PROPOSIÇÕES PARA TRABALHOS FUTURO

Com base nos limites da pesquisa, ficam propostos temas para a continuidade do assunto abordado, sendo eles, uma maior abrangência no número de favelas estudadas. Uma pesquisa in loco exclusivamente com moradores sobre o que pode e falta melhorar, levantamento fotográfico para acervo, se os programas se adaptariam a outras cidades. O objetivo da pesquisa foi analisar esses programas sociais e se obtiveram êxito: objetivo atingido. Conclui-se a segregação existe e é trabalho das autoridades serem assertivas às necessidades dos moradores.

REFERÊNCIAS

- ACHE TUDO REGIÃO. **Geografia de Recife**. Disponível em: <<https://www.achetudoeregiao.com.br/pe/recife/localizacao.htm>>. Acesso em: 2 Out 2019.
- ALGO MAIS. **Compaz Ariano Suassuna completa um ano com redução de violência nos bairros do entorno**. Disponível em: <<http://revista.algomas.com/noticias/compaz-ariano-suassuna-completa-um-ano-com-reducao-de-violencia-nos-bairros-do-entorno>>. Acesso em: 5 Out 2019.
- ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. **O direito social à moradia versus políticas públicas voltadas à habitação: possibilidade de o poder judiciário aplicar a judicialização da política como forma de concretizar os direitos fundamentais**. DIKÉ Revista do Mestrado em Direito da UFS, v. 4, n. 2, p. 87-104. 2015.
- ANGIOLILLO, Francesca. **Urbanismo social foi saída de Medellín para combater violência**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/urbanismo-social-foi-saida-de-medellin-para-combater-violencia.shtml>>. 2019.
- ARQ. FUTURO. **Urbanismo Social: Cidadania Que Promove Segurança**. 2019. Disponível em: <<https://arqfuturo.com.br/post/urbanismo-social-cidadania-que-promove-seguranca>>. Acesso em: 2 Out 2019.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares; COSTA, Milena Sampaio da. **O Urbanismo do início do século XX: a escola francesa de urbanismo e suas repercussões no Brasil: trajetórias de Alfred Agache e Attilio Correa Lima**. 2013.
- BARATTO, Romullo. **Como fazer cidades: o modelo de Medellín**. 2013. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-122788/como-fazer-cidades-o-modelo-de-medellin>>. Acesso em: 2 Out 2019.
- _____. **Arquitetura e urbanismo do Favela-Bairro será implementada em Cabo Verde**. ArchDaily Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/916945/arquitetura-e-urbanismo-do-favela-bairro-sera-implementada-em-cabo-verde>>.
- BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves; BOTELHO, Maurilio Lima. **Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da “questão urbana” contemporânea**. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina, 2008.
- BAUCCELLS, Inés Serra. **Conceituação e prática em urbanização nas favelas**. Escola Politécnica, Rio de Janeiro. 2014.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da pesquisa** : monografia, dissertação, tese. São Paulo. 2004.
- BRUMES, Karla Rosário. **Cidades: (Re) Definindo Seus Papéis Ao Longo Da História**. 2001.
- CABELEIRA, Mayara de Martini. **UPP e UPP Social – novas modulações para cuidar da**

vida no e do planeta. 2013.

CARIOCA DIGITAL. **Conheça o Programa.** 2015. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa#inline_content>. Acesso em: 14 Out 2019.

CASA VOGUE. **3 exemplos de como o urbanismo social cria cidades mais seguras.** 2019. Disponível em: <<https://casavogue.globo.com/Arquitetura/Cidade/noticia/2019/01/3-exemplos-de-como-o-urbanismo-social-cria-cidades-mais-seguras.html>>. Acesso em: 2 Out 2019.

CAMARA, Inara Pagnussat. MOSCARELLI, Fernanda. **O planejamento urbano como instrumento para cidades inteligentes.** 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de 1992, Lei Complementar Nº 16, de 04 de Junho De 1992.** Disponível em: <<https://cm-rio-de-janeiro.jusbrasil.com.br/legislacao/287415/lei-complementar-16-92>>.

CARVALHO, Camila Lima e Silva de. **“CIDADES” DENTRO DA CIDADE? A Estrutura Socioespacial de Favelas Cariocas no Período Lula (2003-2010).** Rio de Janeiro. 2016.

CARVALHO, Janaína. **Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos.** G1, 2015.

CATRACA LIVRE. **O que fez de Medellín a cidade incrível que você precisa conhecer.** 2018. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/viagem-livre/o-que-fez-de-medellin-a-cidade-incriveis-que-voce-precisa-conhecer/>>. Acesso em: 10 Out 2019.

CAU/RJ – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **Retratos da Arquitetura: do estranhamento à cidadania.** 2013. Disponível em: <<https://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-8/>>. Acesso em: 14 Out 2019.

CORREIO DO POVO. **"WikiFavelas", a enciclopédia virtual das comunidades do Rio de Janeiro.** 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/jornalcomtecnologia/wikifavelas-a-enciclop%C3%A9dia-virtual-das-comunidades-do-rio-de-janeiro-1.333191>>. Acesso em: 2 Out 2019.

COUTO, Maria Isabel MacDowell. **UPP e UPP Social: narrativas sobre integração na cidade.** Rio de Janeiro. 2016.

COUTINHO JUNIOR, Helton Rangel. **Agentes comunitários de habitação: identidade legitimadora ou identidade de projeto?.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

CUNHA, José Marcos Pinto Da. **Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise.** São Paulo, 2005.

CUNHA, Marize Bastos da. **Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e outras moradas: história e saber nas favelas da Penha.** Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau. **A Dimensão Ambiental da Urbanização em favelas**. São Paulo. Vol. 21, 2018.

DINIZ, Paula. **Os centros do bem**. 2018. Disponível em: <<https://istoe.com.br/os-centros-do-bem/>>. Acesso em: 5 Out 2019.

FERREIRA, Lara. **Arquitetos militantes na urbanização de favelas**. São Paulo. XVII ENANPUR. 2017.

FERNANDES, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. **Comunidades de Manguinhos e suas Trajetórias: de fazendas e manguezal a subúrbio e favelas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira E. **"População da Colômbia"**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilestola.uol.com.br/geografia/colombia2.htm>>. Acesso em: 09 de out de 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro, 2014.

FLEURY, SONIA. **Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta**. Porto Alegre, 2012.

FREIRE, Quintino Gomes. **Copacabana ganha novo hotel, o B&B**. 2019. Disponível em: <<https://diariodorio.com/copacabana-ganha-novo-hotel-o-bb/>>. Acesso em: 7 Out 2019.

FREIRE, Letícia de Luna. **Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados**. Doutoranda em Antropologia (PPGA-UFF). 2008.

FONTE, Maria Isabel Suassuna Da. **Localização De Um Centro Comunitário (Compaz) Na Cidade Do Recife: uma aplicação do método fitradeoff**. Recife. 2018.

FONSECA, Marcelo Silva da. **Parque royal: desafios da regularização urbanística e fundiária pós-urbanização**. III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS – URBFAVELAS. Salvador – BA. 2018.

GHIONE, Roberto. **Transformação social e urbanística de Medellín**. 2014. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.166/5177>>. Acesso em: 10 Out 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. **Favela-Bairro e Morar Carioca: mudanças nas estratégias políticas, espaciais e institucionais para promover novos modos de regulação pelo mercado**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Maranhão. 2013.

GRAY LINE BRAZIL. **Rio em um dia - Corcovado e o Cristo Redentor**. 2019. Disponível

em: <https://graylinebrazil.com/_pt/tours/rio-de-janeiro/rio-em-um-dia-corcovado-e-o-cristo-redentor-com-almoco-e-pao-de-acucar-com-city-tour-panoramico-7831_48/>. Acesso em: 7 Out 2019.

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. **UPPs Social: ações sociais para a consolidação da pacificação**. 2011

ISP – Instituto de Segurança Pública. **Unidades de Policia Pacificadora - O que são**. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=62>>. Acesso em: 5 Out 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 5 Out 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rio de Janeiro**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/37/30255>>. Acesso em: 11 Abr 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência dos Municípios Brasileiros 2019**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros-2019>>. Acesso em: 19 Abr 2020.

JAUREGUI, Jorge Mario. **Favela-Bairro Salgueiro**. Disponível em: <<http://www.jauregui.arq.br/favelas-salgueiro.html>>. Acesso em: 14 Out 2019.

JORGE, Wanda. **Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina**. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a05v57n2.pdf>>. 2005. Acesso em: 15 ago 2019

KATHERINEECH. **Comuna 13: historia, desarrollo y cultura**. 2015. Disponível em: <<https://katherineech.wordpress.com/>>.

KROFF, Carolina Rezende; LEITÃO, Gerônimo Emílio Almeida. **PROGRAMA FAVELA-BAIRRO E PROJETO “RÉUNIR VÉNISSIEUX”**: reflexões sobre projetos urbanísticos que pretendem promover a integração socioespacial, no Rio de Janeiro e em Lyon. XVIII ENANPUR - ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Natal, 2019.

LACERDA, Larissa Gdynia. **Conflitos e Disputas Pela Mercantilização de Territórios Populares: o caso da favela do Vidigal, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016.

LEGSWEB. **Lei Complementar Nº 111, de 1º de Fevereiro de 2011**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=178079>>.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Delecave. **O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas?**. O Social em Questão - pg 265 – 284. 2013.

LEITÃO, Gerônimo; DELECAVE, Delecave. **O programa Morar Carioca e a urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro**. En: Boletín Científico Sapiens Research. 2011.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil -- 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU-USP/FUPAM, 1999. Disponível em: <<https://archive.org/details/urbanismo->

gs/page/n17>. Acesso em: 22 ago 2019.

LINHARES, Sergio. **Histórico do Estado do Rio de Janeiro**. INEPAC. Rio de Janeiro. 2015. Disponível: < http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/img/site/Historico_Estado.pdf>. Acesso em: 19 ago 2019.

LOBATO, Lenaura, et al. **Desafios gerenciais para a Integração Social: o caso do Programa Favela-Bairro**. Rio de Janeiro, 2003.

LUCENA, Felipe. **História do Teatro João Caetano**. Diário do Rio, 2015. Disponível em: < <https://diariodorio.com/historia-do-teatro-joao-caetano/>>.

LUNA, Ana. **O programa Favela-Bairro e o Agente Comunitário da Habitação**. Rio de Janeiro. Seminário “Rio das Pedras em nossas mãos”. 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo. 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MATION, Lucas Ferreira; NADALIN, Vanessa Gapriotti; KRAUSE, Cleandro. **Favelização no brasil entre 2000 e 2010: resultados de uma classificação comparável**. Brasília. 2014.

MARTIN, G. **Medellín, tragedia y resurrección**. Medellín: Planeta Colombiana S.A., 2012.

MAZO, Liliana Maria Sánchez. **Medellín: uma cidade construída a "várias mãos"? Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea**. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2017.

MENESES, Julia. **Um legado olímpico que anda a passo lento**. Disponível em: < <http://vozerio.org.br/Um-legado-olimpico-que-anda-a>>. 2015.

MILHORANCE, Flávia. **Alemão ganhará Praça do Conhecimento**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/alemao-ganhara-praca-do-conhecimento-3494793>>. 2011.

MOREIRA, Pedro da Luz. **Todos os Mundos. Um só Mundo**. 2015. Disponível em: < https://pt.slideshare.net/Instituto_Arquitetos/apresentao-todos-os-mundos1-pedro-da-luz>.

MUNDO GEOGRAGIA. **Urbanização Brasileira**. Geografia do Brasil. 2013. Disponível em: < <https://mundoedu.com.br/uploads/pdf/53fcb80e1a58e.pdf> >. Acesso em: 22 ago 2019.

MUNDO SEM FIM. **Medellín – tudo sobre a cidade mais inovadora do mundo**. 2016. Disponível em: <<http://mundosemfim.com/tudo-sobre-medellin-a-cidade-mais-inovadora-do-mundo/>>. Acesso em: 7 Out 2019.

NASCIMENTO, Ederson; MATIAS, Lindon Fonseca. **O processo de favelização na cidade de ponta grossa (Pr):** notas sobre a dinâmica recente (1989-2004). São Paulo. 2006.

NASSIF, Luis. **A urbanização de favelas no RJ:** favela-bairro (1988-2008). 2013. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/historia/a-urbanizacao-de-favelas-no-rj-favela-bairro-1988-2008/>>. Acesso em: 19 ago 2019.

NESP. **Perfil do município do Rio de Janeiro/RJ.** Rio de Janeiro. 2016.

NIGRO, DIEGO, JC Online. **Câmara de Conciliação é inaugurada no Compaz.** 2017. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/01/17/camara-de-conciliacao-e-inaugurada-no-compaz-267167.php>>

OJIMA, Ricardo. **Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos:** uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. São Paulo. 2007

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein. 2010. 146 p.

PACIEVITCH, Thais. **História do Rio de Janeiro.** Info escola, 2020. Disponível em : <<https://www.infoescola.com/rio-de-janeiro/historia-do-rio-de-janeiro/>>.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Favelização.** 2013. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/favelizacao.htm>>. Acesso em: 22 ago 2019.

PEREIRA, Luiz Antônio de Souza. **O programa favela-bairro: Dois estudos de caso.** Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

PIMENTA, Aline. **Favelagrafia:** um novo olhar para as favelas cariocas. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/opinioao/2019/10/24/favelagrafia-um-novo-olhar-para-as-favelas-cariocas.html>>. 2019.

PORTAL DA PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Secretaria Municipal de Habitação.** 2003. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm>. Acesso em: 10 Out 2019.

PREFEITURA DO RIO. MEDIUM. **Equipamentos Públicos.** Disponível em: <<https://medium.com/morar-carioca/equipamentos-do-morar-carioca-e1ad2ac5aa5c>>. 2015.

_____. **Onde o Morar Carioca já chegou: Zona Norte.** 2015. Disponível em: <<https://medium.com/morar-carioca/veja-onde-o-morar-carioca-ainda-vai-chegar-1159ae745804>>.

_____. **Onde o Morar Carioca já chegou: Centro, Zona Sul e Tijuca.** 2015. Disponível em: <<https://medium.com/morar-carioca/onde-o-morar-carioca-chegou-centro-5fb0572a058b>>.

_____. **Onde o Morar Carioca já chegou: Zona Oeste.** 2015. Disponível em:

<<https://medium.com/morar-carioca/onde-o-morar-carioca-chegou-zona-oeste-68590150972a>>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; Freitas, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul, 2013.

RECIFE. Prefeitura Municipal. **Conheça o COMPAZ: a fábrica de cidadania do Recife**. 2017. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/conheca-ocompaz-fabrica-de-cidadania-do-recife>>. Acesso em: 10 out 2019

RIO ON WATCH. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte I: 1897-1988**. 2013. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=4676>>. Acesso em: 19 ago 2019.

_____. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte II: Favela-Bairro (1988-2008)**. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em: 19 ago 2019.

_____. **A História das Urbanizações nas Favelas Parte III: Morar Carioca na Visão e na Prática (2008 – Presente)**. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=5735/>>. Acesso em: 19 ago 2019.

_____. **Morar Carioca Estagnado em 89 Favelas: O Caso do Pica-Pau**. 2013. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=5799>>. Acesso em: 19 ago 2019.

SABOYA, Renato. **Urbanismo e planejamento urbano no Brasil – 1875 a 1992**. 2008. Disponível em: < <https://urbanidades.arq.br/2008/11/10/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>>. Acesso em: 7 Out 2019.

SALOMON, Maria Helena Röhe. **Programa Favela-Bairro: construir cidade onde havia casa. O caso de Vila Canoa**. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.064/429>>. 2005.

SABREN. **Sistema de Assentamentos de Baixa Renda**. Disponível em: < <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>>.

SÁNCHEZ MAZO, Liliana María. **Cidade construída a várias mãos? A experiência de Medellín – Colômbia**. São Paulo, 2014.

SANT'ANNA, Lourival. **Como Medellín virou a cidade-modelo que está vencendo o crime**. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/menos-violenta-e-mais-prospera/>>. Acesso em: 2 Out 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2005.

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. **Aspectos da Segregação Urbana que caracteriza o desenho da Cidade**. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Eduardo. **O programa de reabilitação dos bairros de favelas do Rio de Janeiro**. 2012. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-58503/o-programa-de->>

reabilitacao-dos- bairros-de-favelas-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 19 ago 2019.

SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO – SMHC. **Prefeitura do Rio inicia obras do Morar Carioca em comunidades da Zona Norte. 2016. Disponível em:** <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/exibeconteudo?id=6115180>>.

SKYSCRAPERCITY. Um rápido passeio pelo Centro do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/threads/um-r%C3%A1pido-passeio-pelo-centro-do-rio-de-janeiro-niter%C3%B3i-e-s%C3%A3o-gon%C3%A7alo.1708193/>>. 2014.

TRAVELS MAPS. **Where is Medellin Colombia? | Medellin Colombia Map | Map of Medellin Colombia.** 2018. Disponível em: <<http://travelsmaps.com/medellin-colombia-medellin-colombia-map-map-medellin-colombia.html>>. Acesso em: 2 Out 2019.

TRELLES, Eduardo Alberto Manjarrés. **Da favela à AEIS - as mudanças de paradigma.** Câmara Municipal do Rio De Janeiro. 2016.

TURLEY, Ruth; SAITH, Ruhi; BHAN, Nandita; REHFUESS, Eva; CARTER, Ben. **Estratégias para melhorar favelas através de intervenções físicas nos ambientes e na infraestrutura e seus efeitos nos desfechos de saúde e socioeconômicos.** Cochrane Database of Systematic Reviews. 2013.

UPP SOCIAL. **Gestão Coordenada em Áreas de UPP.** 2012. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/1351435/>>.

VEJA RIO. **Central do Brasil recebe exposição sobre Machado de Assis.** 2017. Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cultura-lazer/central-do-brasil-recebe-exposicao-sobre-machado-de-assis/>>. Acesso em: 10 Out 2019.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

XIMENES, Luciana Alencar; JAENISCH, Samuel Thomas. **As favelas do Rio de Janeiro e suas camadas de urbanização. Vinte anos de políticas de intervenção sobre espaços populares da cidade.** XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin;** trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.